



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE HISTÓRIA

KEICY SALUSTIANO DA SILVA

NARRATIVAS BIOGRÁFICAS SOBRE O ABOLICIONISTA JOAQUIM NABUCO:
UM SUJEITO EXCEPCIONAL E À FRENTE DO SEU TEMPO?

ERECHIM

2019

KEICY SALUSTIANO DA SILVA

**NARRATIVAS BIOGRÁFICAS SOBRE O ABOLICIONISTA JOAQUIM NABUCO:
UM SUJEITO EXCEPCIONAL E À FRENTE DO SEU TEMPO?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul como requisito para obtenção do título de licenciada em História.

Orientadora: Prof. Dra. Débora Clasen de Paula

ERECHIM

2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Silva, Keicy Salustiano da
Narrativas biográficas sobre o abolicionista Joaquim Nabuco: um sujeito excepcional e à frente do seu tempo?
/ Keicy Salustiano da Silva. -- 2019.
78 f.

Orientadora: Prof. Dra. Débora Clasen de Paula.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
História-Licenciatura, Erechim, RS, 2019.

1. Análise crítica da autobiografia e biografia de Joaquim Nabuco, com objetivo de desmitificar a figura de "libertador da raça negra".. I. Paula, Débora Clasen de, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

KEICY SALUSTIANO DA SILVA

**“NARRATIVAS BIOGRÁFICAS SOBRE O ABOLICIONISTA JOAQUIM NABUCO: UM
SUJEITO EXCEPCIONAL E À FRENTE DO SEU TEMPO?”**

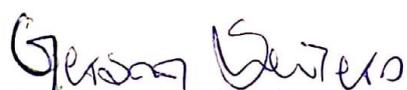
Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: **Débora Clasen de Paula**

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 13/12/2019.

Banca examinadora:


Prof. Dra. Débora Clasen de Paula


Prof. Dr. Gerson Egas Severo


Prof. Dra. Isabel Rosa Gritti

Agradecimentos

Agradeço à Deus em primeiríssimo lugar, por me conceder a vida e as bênçãos ao longo de toda minha caminhada. Sou grata especialmente aos que sempre foram o alicerce fundamental para me manter firme diante de qualquer dificuldade, minha família. Aqueles que são minha maior referência de intelectualidade, estilo, luta e resistência: Érica Maria Salustiano da Silva, Danilo Salustiano da Silva, José Braz da Silva.

Sou grata ao ativismo incansável do Movimento Negro e aos negros e negras e povos originários que antes de mim passaram por espaços que hoje posso frequentar sem ter meu direito diretamente violado. Se hoje escrevo e defendo este trabalho é também por conta, e principalmente daqueles de quem sou descendente, que tiveram sua liberdade roubada, sua cultura subjugada e sua intelectualidade diminuída. Esses, que foram massacrados pelo racismo e pela brutalidade da escravidão da qual sua base ideológica se manifesta ainda nos dias atuais, provocando o genocídio de corpos considerados dispensáveis a um sistema social que determina quais seres são ou não são passíveis de luto. Como diz Judith Butler, “cada ‘eu’ traz o ‘nós’ junto quando ele ou ela entra ou sai por essa porta, [...] É claro que é uma pessoa singular que caminha, que assume o risco de caminhar ali, mas é também a categoria social que atravessa esse jeito de andar e essa caminhada particular, esse movimento singular no mundo; e se há um ataque, ele visa o indivíduo e a categoria social ao mesmo tempo.” (BUTLER, 2019, p. 58-59).

Correndo o risco de omissão, listo nomes para agradecer e por acreditar na importância de mencionar seres humanos que me atravessaram na produção dessa pesquisa com suas singularidades, e contribuiriam para formação do que hoje me constitui. Natalia Pescarole, Naty Rodrigues, Fernanda Thums, Larissa Licks, Noelen Maia, Nayara Lima, Adriana Angerami, Eduarda Farina, Fatima Aparecida Mendes dos Santos, Renata de Jesus, Simone, Jennifer, Safira, Talise, Michele Miotto, Emerson Sheiq, João Pedro Garcez, Jailton Rodrigues, Eduardo Teixeira Lima, Vitor Lopes, Caio Afonso, Paulo Alberto, Maicon Martin, Danilo Cenzi, André Rodrigues. Aos professores e professoras, que comigo compartilharam conhecimento e aprendizado que muito valeram para a produção estrutural e intelectual deste texto: Gerson Egas Severo, Débora Clasen de Paula, Rebeca Seixas, Gerson Fraga, Mairon Valério, Paulo Bittencourt, Fábio Feltrin, Isabel Rosa Gritti, Carlos Lima (UFPR). A todos e todas o meu muito obrigada por estarem presente. Por fim, sou grata a mim mesma pela determinação e resistência.

Namastê.

Resumo

A partir de uma leitura crítica, o presente trabalho objetiva analisar o modo como Joaquim Nabuco constrói as imagens de si mesmo como abolicionista exemplar descrevendo sua vida atrelada ao tema da escravidão desde o nascimento. Ao abordar a escrita de si na obra *Minha Formação* (1900), e a escrita biográfica feita por sua filha em *A vida de Joaquim Nabuco por Carolina Nabuco* (1929), buscamos evidenciar as contradições do sujeito, as ambiguidades discursivas, o tempo histórico e as relações sociais. Através disso, verificar não só as diferenças entre as duas obras e o que elas enfatizam, como também compreender que as duas narrativas posicionam Joaquim Nabuco. Diferente da autobiografia, a biografia feita por sua filha evidencia algumas questões da vida privada de Nabuco, bem como traz à tona outros sujeitos que também reivindicavam a abolição na mesma esfera que o autor. Assim, o principal desafio nesse sentido é investigar o uso das palavras utilizadas para narrar a vida de Joaquim Nabuco, e de que maneira sua figura é constituída nas obras, quais elementos e momentos específicos da vida foram realçados para situá-lo como um homem exemplar predestinado a defender a abolição da escravidão no Brasil. Aquele que posteriormente, por meio de textos de escritores como Celso Vieira (1949), Luiz Viana Filho (1952) e Gilberto Freyre (1948), e pela própria filha Carolina Nabuco (1929), ficou conhecido pelo título de “libertador da raça negra” sujeito excepcional, sublime e “à frente do seu tempo”.

Palavras-Chave: Joaquim Nabuco. Biografia. Abolicionismo.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1. ARQUITETURA NARRATIVA (AUTO)BIOGRÁFICA.....	14
I. Formação Intelectual, Política e Humana de Joaquim Nabuco na escrita de si	14
Formação Intelectual.....	16
Formação Política	19
Formação Humana	25
II. Narrativa biográfica de Joaquim Nabuco por sua filha Carolina Nabuco.....	29
CAPÍTULO 2 - NABUCO NO SEU TEMPO E NO SEU CONTEXTO	44
I. Outras releituras biográficas	44
II. No tempo e contexto da escravidão e da abolição.....	49
III. Propaganda e movimento abolicionista	51
IV. André Rebouças e o “prejuízo da cor”	55
V. José do Patrocínio, o romancista radical e abolicionista de praça pública.....	59
VI. A tríade e a propaganda abolicionista.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73

INTRODUÇÃO

“Na vida, o olhar da opinião, o contraste dos interesses, a luta das cobiças obrigam a gente a calar os trapos velhos, a disfarçar os rasgões e os remendos, a não estender ao mundo as revelações que faz a consciência; e o melhor da obrigação é quando, à força de embaçar os outros, embaça-se um homem a si mesmo, porque em tal caso poupa-se o vexame, que é uma sensação penosa, e a hipocrisia que é um vício hediondo.”

(Machado de Assis)¹

Machado de Assis, com sua narrativa sutil, poética e irônica, nos contextualiza, por meio da fala de Brás Cubas, o momento histórico no qual estava inserido o sujeito objeto deste trabalho. Prontamente, torna-se indispensável mencionar e considerar o momento histórico (atual) em que este trabalho está sendo realizado, 2019, instante em que, a incerteza percorre o sangue, as emoções, as ruas, os sentimentos, e feito água tem se infiltrado nas várias camadas da sociedade. Momento, em que o absurdo se tornou normalidade, e os discursos de ódio e preconceito são fundamentados em figuras que louvam a tortura humana, o machismo, a homofobia, e as mais atrozes violências contra a natureza e a humanidade.

Nesse contexto, estudar o passado, e sobretudo, um passado marcado pela inferiorização, violência e desumanização de muitas vidas específicas, em troca do valor supremo de bens econômicos, disputas de poderes e interesses próprios de uns poucos (brancos), é, sem dúvida, um desafio. Um sobrevoo, antes de coragem, depois de perplexidade ao perceber que “as coisas estão por aí”, estão aqui no presente, muitas permaneceram outras se renovaram. Por mais que possamos enxergar os avanços em termos de debates e proposições de projetos de melhorias nas várias instâncias sociais, nos direitos humanos, e nas tão chamadas desconstruções de pensamentos, no pouso desse sobrevoo, a noção de que somos filhas e filhos de um século XIX, em que as hierarquias estabeleceram quais corpos tinham direitos à uma vida “vivível” e quais não, nos impacta, nos oprime e ao mesmo tempo nos paralisa.

¹ Memórias póstumas de Brás Cubas, 2012, p.72.

A perplexidade que nos acomete nesse mundo atual, nos faz pensar na questão de Judith Butler, “como posso me esforçar para levar uma boa vida se a vida que busco levar é considerada dispensável?” (2018, p. 218). Determinadas vidas foram consideradas dispensáveis no passado que pretendemos aqui estudar, e no presente, as vidas dispensáveis, aquelas não passíveis de luto, são oprimidas por meio de ações pautadas, por vezes, ainda no mesmo discurso de inferiorização, marginalização, racismo e preconceito instaurados no século XIX.

Sobre o motivo da escolha do tema, poderia escrever qualquer coisa bonita com sentido que vincule à infância da pessoa que vos escreve ao assunto deste trabalho, para dar significado e justificar tal escolha. Mas, a verdade é que a escolha está ligada a uma mistura de vivências, *asanas* e *Pranayamas*, leituras, experiências, emoções, relações sociais e interpessoais. O modo como vejo o mundo, as pessoas, a história do Brasil, a história da negritude, são, de certa forma, elementos que compõem uma justificativa. Assim, este estudo não é apenas um trabalho de conclusão de curso, mas também de continuação de curso, do curso de uma vida que vê na escrita o momento decisivo para expressar, de alguma maneira, inquietações e incômodos que, se ficarem resguardos podem gerar um *molotov* de indignação.

Dito isso, nosso estudo se posiciona na tentativa, não somente de empreender uma reflexão que podemos chamar de histórico-filosófica, mas também socializar uma compreensão sobre os aspectos da escrita de si a partir do aprofundamento dos estudos sobre a concepção biográfica e a escrita da história no período da abolição no Brasil. Similarmente, através da contextualização dos fatos históricos narrados, buscamos impelir um novo olhar sobre a construção da imagem de Joaquim Nabuco, um sujeito político, abolicionista do século XIX que, posteriormente, ficou conhecido como “homem monumento”, sujeito ilustre, exemplar, excepcional e “à frente do seu tempo”.²

Desde sua morte, até a geração presente, foram feitas inúmeras obras de releituras da sua atuação como político e abolicionista, assim como de seus livros e principalmente de sua autobiografia. Em sua maioria, como mostra Henrique Antonio Ré (2009), as biografias e textos de elogios fúnebres escritos sobre Joaquim Nabuco, narram um sujeito ilustre, excepcional, responsável pela libertação da raça negra. Autores como sua filha Carolina Nabuco (1929), Celso Vieira (1949), Luis Viana Filho (1952) e Gilberto Freyre (1948) escreveram sobre o político contribuindo para a manutenção de uma imagem idealizada de herói abolicionista, construída, em parte, pelo próprio Nabuco em autobiografia. É por esse motivo, que nos gera

² Entendemos como sujeito monumento, em diálogo com Guimarães (2008), aquele que teve sua vida narrada em biografias com a finalidade do exemplo, de mantê-los como principal referência de um tempo para serem eternamente lembrados.

uma inquietação, que buscamos compreender e evidenciar que algumas narrativas negligenciaram a participação de outros sujeitos junto a Joaquim Nabuco no processo de abolição, pessoas como André Rebouças, José do Patrocínio e os próprios escravizados.

Escrever sobre Joaquim Nabuco torna-se hoje um desafio, considerando que Nabuco foi – e ainda é – um dos homens do período imperial mais estudados na história do Brasil. Com isso, corre-se o risco de ser repetitivo e de não acrescentar novidade à compreensão do momento histórico, e da vida e obra do autor. No entanto, como afirma Angela Alonso, “Nabuco é destas figuras símbolo de uma época, o Brasil de fins do Império.” (2008, p. 2). Seu pensamento e ação passaram a ser fonte para historiadores e memorialistas que se ocuparam e, se ocupam, em estudar os assuntos relacionados à história do Brasil imperial e, sobretudo, à escravidão. E, estudar seu pensamento, de um intelectual da elite dominante do Brasil oitocentista – que tem suas obras consideradas patrimônio público – configura-se enveredar por uma investigação histórica da escravidão e da memória da sociedade brasileira.

Nossa pesquisa parte de uma escala microanalítica, e tem a escrita de Joaquim Nabuco e de sua filha, como objetos de estudo de um período determinado, entretanto, com vistas a explorar os fenômenos e debates da escravidão do século XIX, e a rede de sociabilidade dos participantes do movimento abolicionista. Perceber o modo como Nabuco constrói a representação de si, é um dos nossos objetivos visando, por meio de uma reconstrução historiográfica e de aproximação dos fatos narrados e dos negligenciados, engendrar um olhar crítico a essa figura monolítica. A tentativa é de observá-lo como homem do seu tempo, de sua classe social, com ambições e contradições que o fazem pertencer ao plano humano, como forma de desconstruir a ideia de sujeito divino.

De acordo com Michel Foucault (2009) a escrita biográfica e autobiográfica, muitas vezes, busca apresentar um sujeito absoluto, o que na verdade é apenas um sujeito possível, construído por uma determinada narrativa discursiva. A ideia de constituição de uma vida linear, ordenada e justificada apenas pelos elementos pessoais do sujeito, compõe aquilo que Bourdieu denominou “ilusão biográfica”, em que, se busca explicar o rumo da vida de uma pessoa atrelando tudo a origem de nascimento. Segundo o autor, “sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância” daquilo que foi vivido (BOURDIEU, 2006, p.184).

Desse modo, a autobiografia de Nabuco e a biografia escrita por sua filha, se alinham às biografias tradicionais escritas em fins do século XVIII e início do XIX. Estas, buscavam erguer monumentos através da descrição dos “grandes feitos” de homens considerados

exemplares, escolhendo momentos específicos para forjar uma imagem positiva, assim como fez Nabuco na escrita de si. De acordo com Philippe Levillain, a maioria das biografias escritas nesse período, “pertencia ao domínio do elogio” (2003, p.149), e exaltavam modelos de virtudes para uma história nacional, por meio da descrição cronológica, demonstravam uma vida traçada como destino, para, como diz Durval Muniz, dela “extrair modelos de viver” (2012, p.20).

Eram esses os discursos narrativos consagrados como História, não explicavam um contexto social por meio da abordagem do próprio tecido social, mas sim, tratava-se a vida de um sujeito de modo impecável, sem considerar as interferências sociais. Somente no final dos anos 1960,

Diversas críticas a esta ambição totalizadora pretenderam recuperar a feição humana dos processos históricos. O renovado interesse pela biografia [como escrita da História] suscitou preocupações com trabalhos de pesquisa mais rigorosos, capazes de demonstrar as tensões existentes entre a ação humana e a as estruturas sociais, colocando o personagem e seu meio numa relação dialética e assegurando à história o caráter de um processo com sujeito. (VILAR, 2012, p.67-8)

Após esse período passa-se a pensar a escrita biográfica como forma de abordar um indivíduo como componente da estrutura social que lhe perpassa. A partir daí, ainda segundo Vilar (2012), ele torna-se exemplo, e não problema.

Entretanto, segundo Benito Schmidt, muitos historiadores ainda escrevem biografias de maneira a descrever os fatos da vida do sujeito de forma cronológica, ordenando e delineando sua trajetória sem oscilações e, mesmo ao tentar abordar o enredo social, acabam por posicioná-lo como apenas pano de fundo. Desse modo, Schmidt define que, “não há receita para encontrar a ‘justa medida’ entre ações individuais e determinações coletivas. Talvez só na própria construção da narrativa tal questão possa se resolver (ou não).” (2017, p.46).

Isto posto, e em diálogo com nossa análise, segundo Célia Maria Marinho de Azevedo, as celebrações da imagem de Joaquim Nabuco por historiadores, admiradores, por sua filha, e até mesmo nos livros didáticos escolares e na história do Brasil, “tem sido tão incessantes e apaixonadas, que alguém que não reconhece tal culto, ou não compartilhe de uma tal devoção, tem a sensação de estar sendo arrastado a um ritual sufocante de rezas e incensos, fora do qual só existiriam as fogueiras inquisitoriais.” (2001, p. 1).

Partindo dessa concepção e da abordagem de autores como Angela de Castro Gomes (2004), Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2012), Benito Schmidt (2009) e Alexandre Avelar (2012) que, são historiadores que vem pensando as questões da construção biográfica e da escrita de si como escrita da história, pensamos na possibilidade de efetuar uma análise para investigar a construção da figura de Joaquim na obra *Minha Formação* (1900), e a escrita de

sua filha na biografia, *A vida de Joaquim Nabuco* por Carolina Nabuco (1929), para verificar os elementos realçados na vida do político, a negligência de outros sujeitos, e as formas discursivas que podem ter contribuído para que ele ficasse marcado como ficou na História.

No primeiro capítulo de nossa pesquisa, nos ateremos a descrever de maneira detalhada a arquitetura narrativa com que Joaquim Nabuco constrói sobre sua própria vida. Quais elementos ele evidencia como essenciais para sua carreira, e se descreve os acontecimentos todos atrelados ao tema da escravidão para explicar a “escolha” de ter se tornado abolicionista. Bem como, que tipo de vida ele procurar narrar? Uma vida predeterminada com início, meio e fim? O que Nabuco introduz na escrita de si para legitimar sua imagem de abolicionista? Essas e outras questões, serão respondidas pela análise da estrutura e da argumentação discursiva autobiográfica da obra. Adiante, ainda no primeiro capítulo, nos ateremos ao mesmo tipo de análise, no entanto, utilizando a biografia escrita pela filha de Nabuco. Além desses questionamentos, nos propomos a verificar as diferenças entre uma e outra obra, bem como as aproximações. Qual o objetivo do autor e da autora em descrever a vida do sujeito da maneira como foi descrita. Ou mesmo quais pontos da vida de Nabuco foram ressaltados em uma obra, que não se encontra na outra? Para quais leitores e leitoras podemos pensar que Nabuco e Carolina escreveram?

No segundo capítulo, nossa abordagem fica por conta de contextualizar Nabuco no seu tempo. Por meio do destaque de outras pessoas presentes no processo de abolição do Brasil oitocentista, propomos a reflexão de reconstrução da história da historiografia da abolição, focada na imagem de Joaquim Nabuco como líder e protagonista do movimento. André Rebouças e José do Patrocínio foram abolicionistas na mesma esfera de Nabuco, escreveram obras sobre a escravidão e não ficaram conhecidos ou com o mesmo prestígio. Ademais, torna-se importante ressaltar Nabuco como sujeito “comum” e não divino e superior aos outros de seu tempo. Em diálogo com Angela Alonso, autora que vem efetuando pesquisas sobre Nabuco e o movimento abolicionista, buscamos desmitificar a imagem de homem excepcional e a disseminação de uma única história desse sujeito.

Parafraseando Sérgio Vilas Boas (2008), existe no nosso interesse de percorrer estas páginas descrevendo um homem no seu tempo, e o tempo desse homem, uma fixação na vida, na existência, nos tempos, na história, na experiência de refletir e transgredir a ideia que temos sobre elencar e descrever os fatos da vida considerados positivos, a ideia de que só as coisas interpretadas como boas precisam ser memorizadas.

Para Foucault, nós somos seres que ficamos incomodados com o anonimato, desse modo, quando fazemos a leitura de um texto buscamos imediatamente saber quem o escreveu. Assim,

tão logo são atribuídos valores à leitura, que talvez não ocorressem se não soubéssemos de onde partiu a escrita. O caráter do autor ou da autora, o lugar de onde vieram e os atributos valorativos que receberam ao se identificarem como autores, bem como suas experiências ao longo do tempo, alteram a interpretação da leitura de modo a validá-la ou invalidá-la, ou mesmo colocá-la em dúvida.

Se pensarmos com Foucault, podemos entender que, pelo fato de Nabuco ter sido historiado e biografado como sujeito ilustre, a escrita da sua autobiografia pode não levantar suspeitas sobre o modo como buscou construir a narrativa de si mesmo. Certamente, convém ressaltar, que o objetivo de tais afirmações é de instigar uma visão que busque compreender que a maneira como ele escreveu sobre sua vida é de fato como queria ser visto, ser lembrado; longe de colocar em xeque a veracidade dos fatos por ele narrados. A escolha em narrar apenas a vida pública e destacar ações políticas específicas, bem como a exposição de seus privilégios e gostos pela vida aristocrática, a qual, em certo momento, diz ter aberto mão para lutar pelo escravizados, podem ser vistas, no contexto de nossa análise, como meios de manutenção de uma imagem que valida e afirma o título com o qual ficou historiado.

CAPÍTULO 1. ARQUITETURA NARRATIVA (AUTO)BIOGRÁFICA

I. Formação Intelectual, Política e Humana de Joaquim Nabuco na escrita de si

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, aristocrata brasileiro, de acordo com Marcus Caixeta “foi diversos homens em um. Político, militante abolicionista, historiador e pensador social, diplomata.” (2012, p. 9). Também teve um momento de poeta inspirado pela atmosfera artística da Europa, segundo ele mesmo. Escreveu obras sobre a instituição que mais criticou ao longo de sua carreira, a escravidão. Dentre as quais, *A Escravidão* de 1870 e *O Abolicionismo* publicado pela primeira vez em 1883. Este, escrito durante um autoexílio em Londres após perder a eleição para deputado no Brasil, é essa uma das obras com maior destaque no campo da história da abolição, e que fundamentou um pensamento sobre a estrutura escravista brasileira.

O livro de Joaquim Nabuco que abordaremos com maior ênfase será a autobiografia *Minha Formação*, publicada em 1900, doze anos após a aprovação da Lei Áurea no Brasil em 1888 que instituiu o fim da escravidão no país. Dedicada a seus filhos e com prefácio do próprio autor, a obra é composta por vinte e seis capítulos. No primeiro - *Colégio e Academia* - Nabuco narra sua vivência como estudante, com destaque para a vida acadêmica, período que vai desde 1859 a 1870, ao último capítulo intitulado *Os últimos Dez Anos (1889-1899)* em que narra o desenrolar da sua vida após a abolição e a queda do império brasileiro.

Descrever cronologicamente a vida de Joaquim Nabuco não é nosso intuito e para delinear a discussão sobre como Nabuco faz a construção de si na escrita da autobiografia, iniciaremos este primeiro capítulo apresentando a forma estrutural da obra, a maneira como o autor a dividiu para narrar a trajetória. Objetivamos notar a utilização das palavras, a linearidade dos acontecimentos atrelados às questões da escravidão desde seu nascimento, como também verificar quais momentos da história e os elementos que são especialmente realçados ao longo da narrativa. Isso para que possamos observar como Joaquim Nabuco constitui sua imagem.

O livro está estruturado em capítulos breves, contendo ao todo 174 páginas, dividido em três blocos. O autor enfatiza que irá descrever respectivamente sua Formação Intelectual, Política e Humana. A parte reservada à Formação Intelectual, é composta pelo capítulo I – *Colégio e Academia* até o capítulo VIII – *A Crise poética*. A segunda parte trata sobre a Formação Política e inicia pelo capítulo IX - *Adido de Legação*, até o capítulo XIX – *Eleição de Deputado*. A terceira e última é reservada à Formação Humana, com início no capítulo XX – *Massangana*, ao XXVI – *Os últimos dez anos (1889 – 1899)*.

Conforme nossa pesquisa e com base na arquitetura narrativa do livro, podemos observar que Nabuco dá preferência à exposição apenas de sua vida pública. Logo no prefácio o autor esclarece que a maior parte da autobiografia foi escrita em 1895 e só muito depois que reuniu as anotações para publicar em formato de livro. Com suas palavras: “Foi para mim uma simples distração reunir agora estas páginas; seria, porém, mais do que isso *uniformá-las* e querer eliminar o que não corresponde inteiramente às modificações que sofri desde que elas foram escritas.” (NABUCO, 1900, p. 17, grifo nosso). Por meio de um visãõ projetista, Joaquim Nabuco mostra-se preocupado com a impressão que a obra causará nos leitores, questiona se será uma impressão de volubilidade e diletantismo –referindo-se a suas idas e vindas na carreira política – ou antes, uma impressão de consagração por ter dedicado sua mocidade a uma única tarefa - a abolição.

Ainda no prefácio, Nabuco conclui que “a *impressão*, [de sua imagem] será misturada; as deficiências da natureza aparecerão, cobertas pela clemência da sorte; *ver-se-á o efêmero e o fundamental*... Em todo o caso não precisarei de pleitear minha própria causa, porque ela será sempre julgada pela raça mais generosa entre todas...” (p. 17, grifo nosso). A raça generosa a qual Nabuco se refere, é a raça negra, e a impressão fundamental é a de si como pugnador da abolição. O autor se diz convencido de que a autobiografia “indicará alguma das condições para que o triunfo possa ser considerado uma vitória nacional, ou uma vitória humana” (p. 18). O prefácio é assinado por Nabuco com a localização de São Sebastião (Guipúzcoa), Espanha 8 de abril de 1900.

Podemos supor que, a escolha do autor em prefaciar a própria obra, intenciona não apenas orientar a leitura, como também construir um relato de si antecipado ao leitor e projetar o futuro e a estabilidade da escrita. Essa suposição é também abordada por Giselle Martins Venancio (2009) quando analisa os prefácios que Oliveira Vianna escreve em seus próprios livros. A exemplo, segundo a autora, a primeira imagem que Vianna constrói de si nos prefácios é a de um intelectual à frente do seu tempo. Vianna escreve no prefácio da terceira edição do livro *Evolução do povo brasileiro*:

Este livro foi escrito em 1922, há três lustros, pois. Neste decurso de tempo, o Brasil mudou muito na sua estrutura: tem crescido, evoluído, protegido. No entanto, repito nesta nova edição o que já disse no prefácio da anterior: não há nenhum motivo novo que me leve a modificar qualquer das conclusões a que cheguei ao estudar o nosso povo no tríplice aspecto de sua sociedade, da sua raça e das suas instituições políticas. (VIANNA, *apud* VENANCIO, 2009, p. 181)

Desse modo, “ao reiterar a estabilidade de sua obra, Vianna atualiza suas ideias, permanecendo ao mesmo tempo “fiel às concepções teóricas primaciais”. [assim] ia construindo a imagem de

um intelectual antecipador de ideias e posições.” (VENANCIO, 2009, p. 181) A comparação é interessante para observarmos, que assim como outros escritores, Nabuco, um ser humano “normal”, escreveu sobre si com a preocupação de construção de uma imagem positiva.

Formação Intelectual

De início Joaquim Nabuco descreve sua formação intelectual a partir da gênese de seu pai, o Senador Nabuco de Araújo. Com palavras de admiração e reverência, Nabuco (filho) elenca o Senador como figura responsável por fazê-lo seguir a carreira política. Para ele, seu pai era o “verdadeiro Lutero político”, que “arrastou um grande movimento em sentido contrário, do campo conservador para o liberal”, na política do Império no Brasil por volta de 1864 em que fez papel de, “ode oráculo” (p. 21). Com essas e outras expressões de louvação Nabuco descreve a figura do pai. Nas palavras do autor: “era natural que eu seguisse aos quinze e dezesseis anos a política de meu pai, mesmo porque essa devoção era acompanhada de um certo prazer, de uma satisfação de orgulho.” (p.22). Assim, pouco antes de entrar na Academia Nabuco diz ter sentido cair sobre si o “reflexo do nome paterno [...] começo de ambição política que se insinuava em mim”, afirma (p.22).

Pode-se avaliar que o início de sua formação intelectual é atribuído e descrito com menções essenciais à genética do seu pai, talvez como forma de explicar e dar sentido a sua própria escolha pela vida política. Essa busca pela origem quando se descreve a história de uma vida, é abordada por Bourdieu ao contextualizar que, “sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância” daquilo que foi vivido, (BOURDIEU, 2006, p. 184). Ideia essa muito utilizada por biógrafos para explicar a vida do sujeito biografado. Nabuco também descreve, como parte de sua formação intelectual, a obra de um pensador inglês defensor da monarquia constitucional – Bagehot³ – referência citada pelo autor como principal amparo de sua predileção pelo sistema de governo inglês. A administração social inglesa é motivo de adoração, e ele a descreve em boa parte de suas obras como o exemplo de governo para todos os países.

A monarquia da Inglaterra é marcada por Nabuco como o método “mais livre, e mais popular.” (p. 26) e foi Bagehot, o pensador político quem iluminou as ideias de Nabuco sobre

³ Walter Bagehot, foi um político, jornalista e escritor britânico considerado ilustre analista governamental do século XIX. Segundo Angela Alonso, 2015, Bagehot foi uma das principais referências de Joaquim Nabuco.

“a superioridade prática do governo de gabinete inglês”. A ele deve o fato de ter saído da Academia em 1871 – período em que o gabinete Rio Branco executa reformas na política brasileira – e não ter “sido arrastado irresistivelmente para o movimento republicano que começa” nessa época. E entre a saída da Academia e a entrada na política, Nabuco já começa descrever esses momentos envolvendo o tema da escravidão em suas escolhas, assunto chave que o atrai para a política. Segundo conta, a escravidão era o tema que lhe preocupava “desde muito moço” (p.32), ao mesmo tempo em que servia de “amuleto” contra a política, pois se encantava bem mais pela “sociedade, o mundo, as letras, a arte, a filosofia” ao invés da política. Contudo, e considerando a gênese de seu pai, a política é para ele o caminho mais natural a seguir.

Ao que parece, pela forma como narra essa questão, a ideia da emancipação escrava vai tomando a vida do autor a partir das defesas do júri feitas ainda na Academia. As defesas são todas defesas por “ crimes de escravos, ou antes imputados a escravos” (p.32), bem como quando se aproxima dos documentos do *Anti-Slavery Reporter* os quais fazia tradução para seu pai que, entre 1868 a 1871, foi quem mais influenciou para fazer amadurecer nele a ideia da emancipação. E confessa que “tomava o maior interesse na atitude de meu pai nessa questão; desejava para ele a glória de ser pelo menos o Sumner brasileiro⁴” (p.33).

A ligação de sua vida ao assunto da escravidão perpassa toda a obra, e a noção de que a existência “constitui um todo, um conjunto coerente e orientado” como apresenta Bourdieu, fica implícita nas expressões, “desde muito moço”, “desde pequeno”, “sempre”, utilizadas por Nabuco. Assim, passa a ideia de sentido e explicação do rumo que teve sua vida. Segundo Joaquim Nabuco, seu interesse era por uma política universal, pois tinha o olhar voltado principalmente à Europa, mas constata, “a abolição no Brasil me interessou *mais do que todos os outros fatos* ou série de fatos de que fui contemporâneo.” (p.37, grifo nosso). Os “outros fatos” eram, segundo ele, o partido liberal e a reforma política no Brasil. Sendo assim, nas palavras de Nabuco:

Em 1870, o meu maior interesse não está na política do Brasil, está em Sedan. No começo de 1871, não está na formação do gabinete Rio Branco, está no incêndio de Paris. Em 1871, durante meses, está na luta pela emancipação -

⁴ De acordo com Célia Maria Marinho de Azevedo, 2003. “Seria interessante saber o que Nabuco tinha e mente ao sonhar com o seu pai como um “Sumner brasileiro”. Em 1869, o senador americano Charles Sumner enviou-lhe uma carta em que considerava o senador Nabuco errado por não exigir a abolição imediata da escravidão no Brasil. Teria Nabuco concordado com a opinião e pressionado o pai para se tornar um ou Sumner neste período, isto é, um abolicionista imediatista? De qualquer modo sabemos que Joaquim Nabuco só se declarou a favor da abolição imediata na década de 1880. A carta do senador Charles Sumner a Joaquim Nabuco está citada em Ana Isabel de Souza Leão Andrade e Carmem Lúcia de Souza Leão Rego, *Catálogo da Correspondência de Joaquim Nabuco 1865-1884* vol. 1 Recife: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1978), p. 9.”

mas não será também nesse ano o Brasil o ponto da terra para o qual está voltado o dedo de Deus? (NABUCO, 1900, p. 38. Grifo nosso)

Com essa expressão, percebe-se que o autor não apenas demarca sua predileção pelos assuntos da Europa, bem como utiliza o nome de Deus, talvez como forma de engrandecer o tema de seu interesse, e legitimá-lo como “escolha certa”.

É nítido ao longo da obra, que Nabuco designa lugares como Europa, Inglaterra e França, como peças centrais para sua formação intelectual. A primeira viagem à Europa ele realiza em 1873 e a relata como “fato de metamorfose pessoal”, indicando que tudo aquilo que o compôs como homem político, e especialmente intelectual, ele adquiriu em suas viagens e permanências no continente europeu. Com suas palavras: “A viagem à Europa em tais condições não podia deixar de ser para mim, como foi, o *eterno impulso dado ao pêndulo imaginativo*”. Refere-se ao impulso dado a sua intelectualidade após as viagens.

Nesse mesmo ponto é curioso reparar a construção que Nabuco faz de si mesmo como uma figura marcante, e, de notável político viajante, “diletante”. Sugere ainda sua *persona* como,

Uma das mais consistentes figuras de nossa política; acredito mesmo [diz ele] que passarei nela [na história] como um homem de uma só idéia, *persona unius dramatis*, porquanto a minha fidelidade monárquica pode ser considerada[...] ainda um último compromisso, uma gratidão, um episódio da libertação dos escravos. (NABUCO, 1900, p. 40. Grifo no original.)

Desse modo, o autor confere controle sobre as versões acerca de si, e logo vemos que se posiciona como sujeito instruído, e o lugar da instrução – a Europa – é para ele onde se encontra a imaginação, a intelectualidade. Neste mesmo contraste refere-se à América do Sul como lugar condenado à instabilidade:

A instabilidade a que me refiro provém de que na América *falta* à paisagem, à vida, ao horizonte, à arquitetura, a tudo o que nos cerca, o fundo histórico, *a perspectiva humana*; e que na Europa nos falta a pátria, isto é, a forma em que cada um de nós foi vazado ao nascer. De um lado do mar sente-se a ausência do mundo; do outro a ausência do país. *O sentimento em nós é brasileiro, a imaginação européia*. (NABUCO, 1900, p. 41. Grifo nosso.)

Por meio de uma visão eurocentrada, o autor explicita que a iluminação das ideias vinha da Europa.

É ao mundo europeu que dedica reverência pela sua formação intelectual, artística, política e humana. Expressa que é na Europa onde encontram-se os grandes homens, os mais maravilhosos livros e as mais lindas paisagens. Segundo Nabuco, suas ideias monárquicas se fortificam na primeira viagem à Europa, ao mesmo tempo em que enfraquece suas tendências republicanas na passagem por Inglaterra, Itália e França nos períodos de 1873 a 1874. Menciona

o autor que, “A viagem de 1873 destruiu no gérmen toda e qualquer inclinação republicana, todo indício de fanatismo que eu pudesse ter no segredo da minha natureza” (p. 44). De todos os lugares Suíça, Itália, Paris, Londres “não trago senão impressões de arte, *impressões literárias, impressões de vida*; o grande efeito em mim dessa viagem é assim apagar a política.” (p.46). Na Itália diz ter contraído a aspiração de autor que o fez trocar a ambição política pela literária, e retorna ao Brasil cheio de ideias de poesia, arte, história, literatura, crítica, “isto é, com uma espessa camada *européia* na imaginação, camada impermeável.” (p.62).

Ao referir-se às suas inspirações, Nabuco elenca as categorias e os nomes que, ao ler, o fizeram sentir-se um “homem de letras”. Como inspiração filosófica cita Espinosa, Kant, Hegel, Platão, Aristóteles. Na religião, Havet e Renan, este que inclusive é nome de um dos seus capítulos sobre sua formação intelectual na autobiografia. Na crítica literária, descreve, Taine e Scherer, dentre outros. Na área poética, Lamartine e Victor Hugo. Na prosa Cícero, Renan e Chateaubrand. E em romance Jules Sandeau. Todos homens estrangeiros, que segundo ele, formaram o húmus de sua inteligência.

Ainda centralizando sua intelectualidade naquilo que obteve do exterior, Nabuco diz que foi, principalmente a Inglaterra o país base de sua formação intelectual, e por fim avalia que foi contagiado pela arte na França, onde se inspirou para escrever poemas em francês, e adquiriu conhecimentos para elaborar suas opiniões críticas sobre arte e poesia.

Sob essa ótica, percebemos que, ao relatar essa parte de sua vida, o autor associa a gênese política ligada ao pai, a vida acadêmica à escravidão, e a juventude de formação intelectual relaciona às viagens à Europa. E por meio dessa arquitetura narrativa, Nabuco se esforça para construir a si mesmo como homem político desde o “embrião”, não apenas como um “político comum”, mas um sujeito que teve sua intelectualidade formada pelo contato com pessoas, ideias e lugares estrangeiros.

Veremos mais adiante que Nabuco também faz conexão de sua vida com a escravidão desde a infância por meio de relatos que “tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis.” (Bourdieu, 2006 p. 184), talvez como uma busca de explicar seus interesses futuros pela abolição.

Formação Política

A narração da formação política tem início no capítulo IX *Adido de Legação*. Por mais que o autor tenha tratado elementos de sua iniciação política na parte anterior, somente nesta seção especificamente que Nabuco relata como sua “consciência estética” se cristalizou mais

ainda na forma monárquica, por conta das atribuições intelectuais adquiridas na Europa. Em 1876 Joaquim Nabuco obtêm seu primeiro emprego de Adido de Legação Brasileira nos Estados Unidos, uma espécie de diplomata. Vale ressaltar que, ao narrar esse momento, Nabuco informa antecipadamente ao leitor que tratava-se de um período em que sentia uma “predisposição literária” e uma “indiferença política”. Menciona que seus interesses estavam mais voltados à literatura e não à política. Por esse motivo diz ter assumido o cargo de diplomata, apenas como “uma sensível redução de pretensões anteriores”, pois, com suas palavras: “só o lugar de ministro me teria contentado.” (p.65).

Nesse ponto Joaquim Nabuco enfatiza que o desdém ao cargo de diplomata era fruto da “impaciência da mocidade” que não permitia enxergar que o “espírito interior de fé” tinha mais valor do que o “brilho exterior” (o brilho exterior seria o cargo de ministro).

Resumindo o seu processo de formação política o autor informa,

Talvez eu pudesse resumir o processo da minha solidificação política, dizendo somente que a monarquia faz parte da atmosfera moral da Inglaterra e que a *influência inglesa foi a mais forte e mais duradoura que recebi*. (NABUCO, 1900, p. 67. Grifo nosso.)

E, com essas palavras, Nabuco abre o capítulo X, daí em diante até o capítulo XIII é reservado para falar sobre a influência de Londres e a aspiração do “espírito inglês”.

O autor coloca em comparação Inglaterra, Estados Unidos e França, sublinha sua admiração por esses países e pelas suas formas de governo⁵. Primeiro compara Londres e Estados Unidos, para ele, as duas Nações possuem modelos exemplares de governo. Nabuco atribui maior valor à raça inglesa em comparação com a francesa.

Há nela [França] mais atributos universais, maior número de faculdades criadoras, de qualidades de tronco, maior soma de hereditariedade humana, de *possibilidades evolutivas* portanto, do que no particularismo e no exclusivismo inglês. Em compensação, *a raça inglesa parece ser mais sã, mais elástica; ter maior vigor mesmo de gênio e de criação; maior provisão de vida e de força, [...]* Estão aí as razões da minha hesitação, quando imagino um novo dilúvio universal e me pergunto *que país*, nos mais altos interesses da inteligência humana, *mereceria o privilégio de construir a arca*. (NABUCO, 1900, p. 68. Grifo nosso.)

Com isso, conclui ser a Inglaterra possuidora do “tom de majestade”.

Assim Nabuco elege Inglaterra, e principalmente Londres, como sublime, para ele o que dá a ela esse “tom de majestade”, é a “dignidade, o silêncio que a envolve; a calma, a tranquilidade, o repouso, a confiança que ela *respira*; o ar concentrado, recolhido, severo por

⁵ As comparações e qualidades dos governos de cada país se encontram na página 68 da autobiografia.

vezes, da sua *fisionomia*, e, ao mesmo tempo, a urbanidade das suas *maneiras*[...]”(p.69. grifo nosso.). Diferente de Paris em que a vida é limitada, sendo,

(...) um cativo da arte, do espírito, da etiqueta, da sociedade, cativo agradável como seja, mas sempre um cativo, exigindo uma vigilância constante do ator sobre si mesmo diante do público, que repara em tudo, que nota tudo; em *Londres é a independência, a naturalidade, a despreocupação. Ceci tuera cela*.⁶ (NABUCO, 1900, p. 70-71. Grifo nosso.)

A exultação à Inglaterra perpassa toda a autobiografia de Nabuco, dessa forma, é possível observar que aquilo que ele diz ter como formação política, pende para as particularidades inglesas.

Ainda sobre a Inglaterra, Nabuco reserva um capítulo para descrever sobre a 32, *Grosvenor Gardens*, local em que ficava hospedado na Mansão do Barão e da Baronesa de Penedo, este, seu amigo e confidente com quem mantinha correspondências durante suas viagens.⁷ Nesse capítulo da obra, a descrição dos detalhes estão voltadas às práticas da realeza e a pessoas da aristocracia inglesa, barões, diplomatas, marqueses e princesas, as quais Nabuco teve a oportunidade de conhecer. Com isso, conclui dizendo estar impressionado pelo “magnetismo da realeza” da Europa e se desculpa com o leitor por se estender nas descrições biográficas de cada integrante da realeza que conhecera. “O leitor me perdoará a confissão, mas eu não devia calar em minha formação política a influência mundana estrangeira, a influência aristocrática, artística, santuária que descrevi.” (p.76). Completa informando estar grato por apenas ter *passado* pelas sociedades que o fascinavam,

Não posso negar que sofri o *magnetismo da realeza*, da aristocracia, da *fortuna*, da *beleza*, como senti o da *inteligência* e o da *glória*; felizmente, porém, nunca os senti sem a reação correspondente; não os senti mesmo, perdendo de todo a consciência de alguma coisa superior, o sofrimento humano, e foi graças a isso que não fiz mais do que *passar* pela sociedade que me fascinava e *troquei a vida diplomática pela advocacia dos escravos*. (NABUCO, 1900. p. 77. Grifo nosso.)

Nessa passagem é mister observar que o autor projeta uma conclusão para aquilo que já foi vivido ao dizer que passou pela sociedade que o fascinava, sentiu a glória da inteligência e da fortuna, mas, trocou isso pela advocacia dos escravos. Usa esse recurso talvez como uma forma, novamente, de explicar o rumo de sua vida, no entanto, no momento em que Nabuco

⁶ Expressão francesa que significa: “Isto matará aquilo”.

⁷ Francisco Inácio de Carvalho Moreira foi o primeiro e único Barão do município Penedo em Alagoas. Foi um político, advogado e diplomata do Brasil na Inglaterra, lidava com as questões relativas as navegações. Penedo manteve relação ao longo de toda a vida com Joaquim Nabuco através de correspondências. Com ele, Nabuco dividia os muitos aspectos da vida privada. Foi também a pessoa em que Nabuco se inspirou para ser diplomata seguindo o modelo inglês. Muitos trechos das correspondências entre os dois podem ser encontrados na biografia escrita por Angela Alonso, *Joaquim Nabuco, os salões e as ruas* de 2007.

escreve a autobiografia a abolição já havia ocorrido e ele já havia sido abolicionista. O olhar que Joaquim Nabuco projeta à sua vida é posterior. Assim ele explica que, sua “opção” pelo “sofrimento humano” que o tornou abolicionista foi vitoriosa. Sendo assim, a elaboração que faz de si mesmo para relatar esse episódio é através do acesso à memória. Nesse sentido, torna-se importante reiterar a sua opção desde cedo, sua decisão nesta causa que o conduz para a construção de sua imagem, na qual não houve esquecimento do sofrimento humano, pois ele escolheu defender os escravos.

Outro aspecto que se destaca sobre sua formação política, é referente a *Influência dos Estados Unidos*, que inclusive dá nome a um capítulo. O tempo que passou em *Nova Iorque (1876 – 1877)*, também nomeia outro capítulo, bem como a descrição de um diário escrito em 1876 e 1877: “talvez o melhor modo de mostrar o que devo aos Estados Unidos seja reproduzir páginas do meu diário de 1876-77” salienta (p.88). Em vista do que vivenciou na América do Norte, mais especificamente Nova Iorque e Washington, sintetiza sua “impressão geral dos Estados Unidos” e de sua democracia no capítulo XI *Traços Americanos*. Nabuco diz ter visto nos Estados Unidos um lugar para “estudar a civilização material, onde o poder dinâmico a serviço do homem parece maior e ao alcance de cada um,” no campo da intelectualidade e da moral. Para ele, o país não tinha muito o que mostrar de arte, no entanto, fica impressionado com a “elevação do patriotismo” e o foco no capital que, ainda segundo o autor, supera o interesse pela arte, pela cultura e pela ciência, (p.100).

Nabuco compara a sociedade estadunidense à inglesa e conclui: “nenhuma impressão guardei dos Estados Unidos de ordem equivalente à impressão inglesa, nem mesmo a de liberdade individual [...] o inglês tem reverência pela posição, pela classe, pelo nascimento; o americano não tem [...]” (p. 103). Desta forma, ainda que destaque seu aprendizado possível por meio de viagens para fora do Brasil, ele mantém assim o destaque específico para a Inglaterra. O capítulo XVIII – *Meu pai* – é o último sobre sua formação política. Nele o autor destaca a “ação mais poderosa” para sua formação, a influência de seu pai.

Por onde quer, entretanto, que eu andasse quaisquer que fossem as influências de país, sociedade, arte, autores, exercidas sobre mim, eu fui sempre interiormente trabalhado por *outra ação mais poderosa*, que apesar, em certo sentido, de estranha, parecia operar sobre mim de dentro, *do fundo hereditário*, e por meio dos melhores impulsos do coração. Essa influência, *sempre presente* por mais longe que eu me achasse dela, *domina e modifica todas as outras*, que invariavelmente lhe ficam subordinadas. (NABUCO, 1900, p. 113. Grifo nosso.)

Dessa forma, deixa exposto a influência sanguínea maior do que qualquer outra. No capítulo em questão, a narrativa se volta para os feitos e qualidades de Senador Nabuco de

Araújo, como também evidencia o envolvimento do Senador na agenda da emancipação. Segundo Joaquim Nabuco, coube ao pai acabar primeiro com o tráfico de africanos, e apresenta uma citação trecho do discurso de Nabuco de Araújo referente à lei de 4 de setembro de 1850 – Eusébio de Queirós – que proíbe o tráfico de africanos para o Brasil. Para Joaquim Nabuco, esse ato de seu pai se apresenta como “coragem do verdadeiro homem de Estado.” (p.115). Nabuco se diz arrependido de não ter buscado seu pai como principal inspiração intelectual em sua juventude, e confessa que só depois da morte do Senador “estudando-lhe a vida, meditando sobre o que ele deixou do seu pensamento [...] abrangiu a personalidade política de meu pai”.

Ao parlamento, Joaquim Nabuco é eleito em 1878, candidatura lançada por seu pai quando ainda estava em Nova Iorque sob o cargo de Adido de Legação. Nesse ponto convém sublinhar a insistência do político em apresentar os episódios de sua infância como motivo do interesse pelo tema da abolição.

No Brasil havia ainda, no ano em que comecei minha vida pública, um interesse daquela ordem, com todo esse poder de fascinação sobre o sentimento e o dever, igualmente impulsivo e ilimitado, capaz do *fiat*, quer se tratasse da sorte de criaturas isoladas, quer do caráter da nação... Tal interesse só podia ser o da emancipação, e por felicidade da minha hora, *eu trazia da infância e da adolescência o interesse, a compaixão, o sentimento pelo escravo*, — o bolbo que devia dar a única *flor da* minha carreira. (NABUCO, 1900, p. 122. Grifo nosso.)

A escravidão como o assunto em voga no Parlamento e a convivência com escravos na infância, parece conjunto favorável somado à profissão. E ele insiste na aproximação com os escravos. Sob a influência do liberalismo inglês Joaquim Nabuco entra para a Câmara onde, com “afinidades radicais”, diz ter sido mudado.

Afeição política tornar-se-á secundária, subalterna, será substituída pela *identificação humana com os escravos* e esta é que ficará sendo a característica pessoal, tudo se fundirá nela e por ela. *Nesse sentido é a emancipação a verdadeira ação formadora para mim*, a que toma os elementos isolados ou divergentes da imaginação, os extremos da curiosidade ou da simpatia intelectual, [...] *constrói o molde* em que a aspiração política é vazada, e não ela somente, a inteligência, a imaginação, os próprios sonhos e quimeras do homem. Como eu disse, porém, há pouco, *eu trazia da infância o interesse pelo escravo*. (NABUCO, 1900, p.125. Grifo nosso.)

A candidatura arranjada por seu pai e a posterior entrada para ao Parlamento é o gancho encontrado por Nabuco para agarrar a abolição e tornar-se abolicionista. De acordo com Angela Alonso,

Nabuco sabia, tendo acompanhado o pai, que se especializar num assunto era o que garantia destaque e liderança. Assim fora com José Bonifácio, na Independência, com Eusébio de Queirós, contra o tráfico negreiro, com Tavares Bastos, pela autonomia das províncias. Cada um identificando a

questão mais apta a galvanizar as atenções e dominar a agenda. (ALONSO, 2007, p. 102)

E no tempo de Nabuco a questão de maior destaque, ou pelo menos com um crescente número de adeptos era a abolição da escravidão. Sendo assim, “formado pelo pai na convicção da supremacia da monarquia constitucional, Nabuco agarrou a outra questão oportuna, a abolição da escravidão [...] vislumbrou aí a chance rara: assenhorear-se de uma bandeira.” (ALONSO, 2007, p.103). Isso nos faz observar que, Nabuco não nasceu abolicionista e sim tornou-se, não apenas através dos seus privilégios, mas também das chances que viu para abraçar, e do tempo no qual estava inserido, em que havia escravidão e que se discutia a emancipação, ou seja, o seu tempo.

Sobre o tempo de Nabuco e a questão da abolição como maior destaque da época, veremos mais adiante no capítulo dois deste trabalho, a presença de associações abolicionistas que existiam muito antes de Nabuco adentrar como deputado no Parlamento e se assenhorar da bandeira abolicionista. Por mais que em alguns momentos ele se posicione na escrita como iniciador do movimento abolicionista, já haviam movimentações antes de 1879 em favor da abolição.

Através das considerações do autor sobre o momento da candidatura, nota-se que a estreia como deputado abriu as portas para colocar em prática sua carreira como também o ato de discursar. Segundo ele, nos anos anteriores à política, ele não foi “senão um curioso, atraído pelas viagens, pelo caráter os diferentes países, pelos livros novos, pelo teatro, pela sociedade.” (p.122). Assim, por mais curioso que tenha sido, foi no privilégio de poder viajar que Nabuco diz ter adquirido as ferramentas para trabalhar na política. Afinal, como frisou várias vezes, o interesse pelo escravo “trazia da infância”, com essa expressão Nabuco refere-se a sua convivência com os escravizados no engenho de Massangana quando criança, e adiante reserva um capítulo da autobiografia apenas para relatar esse episódio. O autor busca na infância inúmeras referências para falar do tema da escravidão como algo presente desde cedo em sua vida. A sensação que se tem ao ler a maneira como o autor assinala essa questão é a de que não haveria outro destino para ele se não o de ter nascido para ser um abolicionista. Ele não põe em questão o fato da escravidão perpassar sua esfera e círculo social. Quais seriam as chances de não ter convivido com escravos?

Nabuco destaca que, ao ser eleito, estava na “tribuna todos os dias, tomando parte em todos os debates, em todas as questões...O favor com que era acolhido, os aplausos da Câmara e das galerias, a atenção que me prestavam, eram para embriagar facilmente um estreante” (p.

124). Todo assunto lhe servia de discurso, pois o que o instigava era a postura, o movimento, “o impulso do orador”, esses e outros ornamentos que utilizava para falar, afinal era também o papel de político que se esperava naquela época. Nesse contexto bem ressalta Alonso, ao dizer que Nabuco “usava novidades e polia a tradição. Incorporou o rococó do tempo: figuras de linguagem, torneios retóricos, e abusava de alegorias e metáforas.” (ALONSO, 2007, p.88).

Formação Humana

Os episódios tratados na parte que ele denomina formação humana têm início no capítulo XX - *Massangana* – o referido capítulo sobre sua infância. Com uma descrição pormenorizada sobre a natureza e a estrutura do engenho de Pernambuco, onde passou os primeiros anos de sua infância, e sobre a educação religiosa que teve, é que mostra as impressões que preservou desde a tenra idade. Chama a atenção a nota de rodapé colocada pelo autor nesse capítulo em específico. Nota que é posicionada no título do capítulo como forma de explicar a opção em deixar tal capítulo por último.

A razão que me fez não começar pelos anos da infância foi que estas páginas tiveram, ao serem primeiro publicadas, feição política que foram gradualmente perdendo, porque já ao escrevê-las diminuía para mim o interesse, a sedução política. *A primeira idéia fora contar minha formação monárquica; depois, alargando o assunto, minha formação político-literária ou literário-política; por último, desenvolvendo-o sempre, minha formação humana*, de modo que o livro confinasse com outro, que eu havia escrito antes sobre minha reversão religiosa. *É deste livro, de caráter mais íntimo, composto em francês há sete anos*, que traduzo este capítulo para explicar a referência feita às minhas primeiras relações com os escravos. (NABUCO, 1900, p. 126. Grifo nosso.)

Com essa ressalva Nabuco direciona a leitura e o modo como devemos olhar a divisão da narrativa, assim como enfatiza que é esse o capítulo em que aparece suas primeiras relações com os escravizados.

O capítulo é repleto de menções que ligam o Nabuco menino ao Nabuco abolicionista. É possível que ele tenha carregado consigo, ao longo da vida, elementos de suas “raízes”. Entretanto, cabe ressaltar que, aparentemente, há na forma escrita, um esforço para explicar o Nabuco abolicionista e o porquê de ter seguido essa carreira e não outra. O ponto chave é que a explicação parte de si para si, do sujeito por ele mesmo. O autor não faz considerações de outros elementos do tempo em que viveu e que podem ter contribuído para o rumo de sua vida, falaremos dessa relação com mais ênfase no capítulo II deste trabalho. O importante agora é observar a intenção de Nabuco com suas explicações autobiográficas, o fato de ter se envolvido

com o tema da escravidão e ter se tornado abolicionista, se deve única e exclusivamente ao fato de ter nascido e vivido em um engenho, ao fato de seu pai ter se comprometido com a emancipação, ou por ele (Nabuco) ter sido amamentado pelo “leite preto”, como declara mais adiante no livro. E diz mais, “a escravidão para mim cabe toda em um quadro inesquecido da infância, em uma primeira impressão, que *decidiu, estou certo*, do emprego ulterior de minha vida.” (p.128. Grifo nosso).

Todavia, Nabuco foi um homem do seu tempo, atravessado e influenciado pelas questões daquela época, pela estrutura social, política e cultural, para citar alguns elementos para aqueles mencionados por ele, além da gênese hereditária e vivência infantil, dentre os quais a existência da escravidão.

Ainda nesse contexto, o autor se utiliza de uma lembrança específica para ligar o rumo de sua vida à infância. Trata-se do episódio em que um jovem negro escravizado abraçou os pés de Nabuco quando este tinha oito anos pedindo-lhe para que se tornasse seu senhor, pois o senhor a quem pertencia o maltratava. Joaquim Nabuco denomina essa cena como: “traço inesperado que me *descobriu* a natureza da instituição, com a qual eu vivera até então familiarmente, *sem suspeitar a dor que ela ocultava*”. É possível inferir que Nabuco sabia aos oito anos de idade o quanto a escravidão era cruel, pois ele havia descoberto?

De acordo com Ré Henrique esse episódio aparece com grande destaque em todas as biografias que tratam sobre Joaquim Nabuco, segundo ao autor, os intérpretes de Nabuco sendo fiéis ao capítulo Massangana para explicar o Nabuco abolicionista, procederam por um esvaziamento de toda a questão política que envolveu as ações de Nabuco no processo de abolição,

(...) associaram a estes episódios [de Massangana] a simpatia e a devoção de Nabuco à causa dos escravos e acabaram por desprezar outros elementos fartamente expostos em *O Abolicionismo* e na *Campanha abolicionista no Recife*, por exemplo. Ainda que toda a história narrada sobre Massangana fosse verdadeira; ainda que se pudesse creditar a uma criança de aproximadamente oito anos os sentimentos que o próprio Nabuco lhe atribuiu, tais fatos não conseguiriam explicar as suas ações antiescravistas das décadas posteriores. (HENRIQUE, 2009, p. 37)

Os destaques da conexão de sua vida com a escravidão desde a infância são tantas que Nabuco chega a declarar sentir saudade do escravo:

Assim eu *combati a escravidão com todas as minhas forças*, repeli-a com toda a minha consciência, como a deformação utilitária da criatura, e na hora em que a vi acabar, *pensei poder pedir também minha alforria*,[...] por ter ouvido a mais bela nova que em meus dias Deus pudesse mandar ao mundo [a abolição da escravidão] e, no entanto, hoje que ela está extinta, *experimento*

uma singular nostalgia, que muito espantaria um Garrison ou um John Brown: a saudade do escravo. (NABUCO, 1900, p. 128-129. Grifo nosso.)⁸

Adiante Nabuco descreve os elementos da escravidão vista por ele no engenho de Massangana como um tipo particular de escravidão, diferente da escravidão de outras regiões do país, segundo ele, somente nesse engenho havia uma escravidão “terna, agradável, suave”, em que o escravo era generoso para com o senhor, este “inconscientemente egoísta”. Como exemplo, Nabuco cita a sua madrinha como “uma velha santa” e não como senhora severa, segundo ele, era uma “enfermeira”. O autor relembra com pesar a morte da madrinha e a separação entre ele e os escravizados, pois, com o falecimento de Dona Ana Rosa, Nabuco teve que voltar ao Rio de Janeiro aos oito anos de idade para viver com seus pais. Destaca o episódio de separação dos escravos do engenho e Massangana como, “o que mais lhe pesava”. Sobretudo porquê, segundo ele, tais escravos “sonhavam” em pertencê-lo após o falecimento de Dona Ana Rosa. Com suas palavras:

O que mais me pesava era ter que me separar dos que tinham protegido minha infância, dos que me serviram com a dedicação que tinham por minha madrinha, e sobretudo entre eles os escravos que literalmente sonhavam pertencer-me depois dela. Eu bem senti o contragolpe da sua esperança desenganada, no dia em que eles choravam, vendo-me partir espoliado, talvez o pensassem, da sua propriedade... Pela primeira vez, sentiram eles, quem sabe, todo o amargo da sua condição e beberam-lhe a lia. (NABUCO, 1900, p. 131. Grifo nosso.)

Convém observar que, com essa expressão, “literalmente sonhavam” Nabuco demonstra, ou ao menos se pretende, conhecedor dos sonhos dos referidos escravizados.

Diante desse contexto, Massangana havia sido para ele a “sede do seu oráculo íntimo”, onde revisitou doze anos após ter saído. Na passagem em que narra esse acontecimento (da visita), o autor descreve alguns pensamentos que teve diante daquele engenho de fogo morto⁹. Lembra-se dos sacrifícios dos escravos que, “havia amado e livremente servido”, e agora ali estavam enterrados, aqueles que “morreram acreditando-se os devedores” de seus senhores. Nas palavras do autor,

Tornei a visitar doze anos depois a capelinha de S. Mateus onde minha madrinha, dona Ana Rosa Falcão de Carvalho, jaz na parede ao lado do altar, e pela pequena sacristia abandonada penetrei no cercado onde eram enterrados os escravos... Cruzes, que talvez não existam mais, sobre montes de pedras escondidas pelas urtigas, era tudo quase que restava da opulenta “fábrica”, como se chamava o quadro da escravatura...(NABUCO, 1900, p. 132)

⁸ William Garrison e John Brown eram dois abolicionistas norte-americanos que inspiraram Nabuco.

⁹ Exemplos de tais pensamentos podem ser encontrados nas páginas 132–133 da autobiografia, ainda no capítulo *Massangana*.

Assim, diante dos túmulos “sagrados” dos escravos, Joaquim Nabuco alega que tomou a decisão de votar a sua vida a serviço da “raça generosa”, a raça negra. Salta aos olhos o empenho de Nabuco em remodelar sua biografia. Sobre essa passagem afirma Angela Alonso, na mais recente biografia sobre Joaquim Nabuco, em face da análise de documentos da época da visita, que essa história é inverossímil, pois Nabuco não realizou essa visita ao engenho (ALONSO, 2007, p. 290). No entanto é através dessas e outras afirmações que o autor salienta de onde surge o alicerce de sua formação humana, e o desejo em defender os “santos pretos”.

No capítulo XXI, denominado *A abolição*, Nabuco expressa seu pesar pelo fato da campanha abolicionista ter sido lançada quando a “humanidade estava por demais adiantada para que se pudesse ainda defender em princípio a escravidão, como o haviam feito nos Estados Unidos”. Para ele, era uma humilhação à altivez do país, o Brasil ser a última nação a abolir a escravidão (p.134). Mais adiante Nabuco descreve sobre a viagem até o Vaticano, e o encontro com o Papa Leão XIII para interceder pela abolição da escravatura no Brasil. De acordo com Angela Alonso,

O tête-à-tête de Nabuco com o papa foi uma bomba no Brasil. Como sempre, angariou enorme visibilidade. Todos os jornais noticiaram. Mas o tiro saiu pela culatra. Graças, em parte, à traição de Correa. Funcionário do governo brasileiro, foi instado por Cotegipe a conseguir do papa o adiamento da encíclica. Só não contou ao amigo, que apenas depois da sua morte soube por que diabos a bula tardara tanto a sair. (ALONSO, 2007, p. 227 Grifos no original)

Por conta desses fatos, Joaquim Nabuco lamenta não ter realizado antes o apelo ao papa, pois quando retornou de Roma a princesa Isabel já havia assinado a Lei Áurea. Parece que tal efetivação o pegou de surpresa, pois acreditava, e ele assume ao final da obra, que o processo de abolição duraria muito mais do que de fato durou.

Para encerrar a narrativa da autobiografia, Nabuco expõe as recompensas que recebeu ao entrar na vida política, e os sacrifícios que, segundo ele, realizou pela raça negra, que lhe trouxeram triunfo.

Ah! O que não recebi nesses anos de luta pelos escravos! Como os sacrifícios que por vezes inspirei eram maiores que os meus! Eu tinha a fama, a palavra, a carreira política... É certo que não tive outras recompensas, mas essas eram as mais belas para um moço, nesse tempo ávido de nomeada e das sensações do triunfo. Era o meu nome que saía vitorioso das urnas... (NABUCO, 1900, p. 146)

O último capítulo da autobiografia fica reservado à narração daquilo que percorreu em sua vida após a abolição. Segundo Nabuco, o fim da escravidão e “a queda do império pusera fim à minha carreira” (p.171). Com essa afirmação, podemos ver que, para Nabuco, não havia mais o que ser feito, a campanha para qual ele diz ter se alistado parece ter durado menos do que ele

esperava, e é perceptível o pesar em suas palavras sobre esse fato: “Me alistara para uma campanha que supunha havia de durar além de minha vida; fiz assim, posso dizer, voto perpétuo de servir uma grande causa nacional: o que devia durar mais de trinta anos, durou *somente* nove...”(p.172). Sendo assim, o abolicionista se vê “desempregado” e escolhe dedicar a vida a escrever um livro sobre seu pai, o Senador Nabuco de Araújo, e afastar-se do Brasil para “viver em regiões de ar mais dilatado, onde se respirasse a unanimidade moral, a fé, o otimismo humano, o oxigênio das grandes correntes de ideal.”. Esse lugar é para ele a Europa, onde diz ter reservado sua vida, que antes era política e ativa, às letras e assim, seu espírito político cede lugar para o “interesse religioso e ao interesse literário” (p.173).

II. Narrativa biográfica de Joaquim Nabuco por sua filha Carolina Nabuco

A obra *A vida de Joaquim Nabuco (1929)* escrita por sua filha Maria Carolina Nabuco de Araújo é uma dentre as muitas biografias escritas sobre o abolicionista. O livro foi publicado em 1929, quando a autora tinha cerca de 40 anos de idade, e contém doze capítulos divididos em duas partes, sendo a primeira dedicada a relatar a *formação* de Joaquim Nabuco entre 1849 e 1879, e a segunda relata a *ação* do político entre 1879 e 1889. Para abertura da biografia é interessante notar que a filha de Joaquim Nabuco apresenta uma carta, que diz ter recebido do pai na infância e a utiliza como prefácio da obra. Contudo, antes de descrever o texto da correspondência, Carolina Nabuco explica o porquê da escolha, o que parece servir de prova da admiração que tinha pelo pai que foi o mesmo motivo de ter escrito a biografia.

Uma carta de meu Pai recebida na infância vai me servir de prefácio. Atesta como vem de longe o *culto* que eu lhe exprimira nessa ocasião com o desacerto da pouca idade, mas com a sinceridade de sempre, e que é hoje a razão de ser – *como deve ser o sopro* – deste livro. (NABUCO, 1929. Grifo nosso.)

A carta propriamente dita, utilizada como prefácio, é datada de 28 de junho de 1904, quando Carolina tinha 14 anos. No texto Joaquim Nabuco diz:

Minha querida filhinha,
Não deve ter admiração por mim, muito menos do que pelos homens todos da história. Eu não figuro nela, e isso mostra que a tens bem pouco estudado. Além da história, há o calendário dos Santos, cujos nomes são desconhecidos quase todos dos historiadores, mas que deves admirar ainda mais do que os dos heróis que enchem os teus compêndios de história. Eu não sou herói, nem santo; por nenhum verdadeiro padrão de superioridade que se me possa aquilatar mereço admiração. Merecerei amor? Tenho a maior dúvida e neste ponto a dúvida é cruel. Mas, o amor sublime é o que dispensa os méritos e se alimenta da sua própria dedicação... Este é o sentimento teu a que eu tenho direito independente de qualquer mérito e é por isso nele só que eu descanso. (NABUCO, 1929, prefácio.)

Não é possível sabermos o que motivou Nabuco a escrever essa carta para a filha, até porque como diz Angela de Castro Gomes, sobre a escrita epistolar, “O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento.” (2004, p.15). Desse modo, e partir das palavras de Nabuco, podemos observar que, talvez o autor expressa uma preocupação, o modo como a filha deveria vê-lo. Ademais, a inserção que Carolina faz dessa carta como prefácio, pode ser uma forma de impactar a leitura, indicando ao leitor o motivo da escrita da obra, bem como intimidade para com o biografado.

Adiante, no primeiro capítulo da biografia denominado – *Antepassados. Infância* – a filha de Nabuco perpassa, de maneira cronológica temas da infância, do tempo que Nabuco passou no Colégio, na Academia, suas primeiras viagens, bem como o período em que foi Diplomata nos Estados Unidos. Nesta direção, a narrativa que abre o livro com a infância e antepassados de Joaquim Nabuco é diretamente ligada à gênese familiar do político.

Nesse ponto, cabe atentar para a escolha das palavras, dos termos e a disposição das frases utilizadas pela autora para descrever elementos da personalidade do pai. Há um trecho em que Carolina ressalta e afirma a superioridade de Nabuco e suas qualidades que, ela expressa como naturais. Segundo a autora, “Os *dotes naturels* que fizeram a superioridade de Joaquim Nabuco haviam já feito a de seu pai, o terceiro senador Nabuco”. Vinham-lhe dele, sem falar na estatura e na bela presença, a esplêndida inteligência, a palavra eloquente e a inalterável bondade.” (p. 1. Grifo nosso.).

Interessante notar que, do pai Nabuco herdou inteligência, beleza e superioridade, mas, adiante, Carolina expressa que da mãe Nabuco “herdara [somente] a imaginação” (p. 1). Há uma grande diferença entre as qualidades genéticas vindas do pai e da mãe de Nabuco. A própria autora percebe o desequilíbrio e atesta: “É pouco em comparação, mas basta esse elemento novo [a imaginação] para dar um aspecto totalmente diverso aos predicados comuns dos dois Nabuco.” (p. 1). No entanto, a diferença entre o pai e a mãe de Nabuco continua sendo realçada pela autora ao longo de toda a obra, principalmente nas linhas seguintes quando contextualiza a origem familiar de um e de outro.

Na expressão de Carolina, o pai de Joaquim Nabuco pertencia a uma família “de *bôa* origem portuguesa”, composta por homens que ocuparam até a quarta geração, as cadeiras do Senado. Já pelo lado da mãe, “descendia Joaquim Nabuco de uma estirpe brasileira três vezes secular, e já antiga em Portugal.” (p. 1-2. Grifo nosso). Mais adiante, descreve as especificidades da mãe como, “uma senhora de pequena estatura e de corpo esguio, *supridos*,

porém, pela *dignidade simples* e a ciência das maneiras, que lhe *vinham da tradição e da educação pernambucanas.*” (p.5. Grifo nosso). A autora não só marca a classe social e regional da mãe de Nabuco, como também, aparentemente, constrói a frase buscando justificar alguns atributos de Dona Anna Benigna, o que dá a entender que a baixa estatura e o corpo esguio, são elementos físicos desfavoráveis, por isso, *supridos* pela dignidade e maneiras de ser oriundas da tradição e educação.

É importante lembrar que, como relatado no capítulo I deste trabalho, na autobiografia Nabuco cita a mãe em apenas um momento da obra, deixando mais espaço para falar sobre o pai e sobre a madrinha por quem foi criado. Neste contexto, cabe notar uma diferença, pois, Carolina Nabuco apresenta a figura de sua avó com mais frequência na biografia de Joaquim Nabuco, a autora aborda situações da vida privada, e traz outras figuras, como por exemplo a mãe de Nabuco e José do Patrocínio. Entretanto, como veremos mais adiante, não parece esse um recurso de mostrar mais sobre as relações da vida de Nabuco, e sim de comparar e exaltar um tanto mais sua imagem.

Segundo Carolina, Donna Anna era, “alegre, elegante, desembaraçada, tinha pendência pelo aparato e grande prazer em receber” os convidados de seu marido, “a arte encantadora da hospitalidade” da mãe de Nabuco era fruto da “herança e vocação” que Carolina denomina: “hospitalidade nortista” (p. 6-7), novamente atrelando às qualidades de Donna Anna à regionalidade. Todavia, a autora menciona que, “não foi essa, porém, a imagem feminina que presidiu à infância de Joaquim Nabuco.” (p.7. Grifo nosso). E atesta que esse “*privilégio*” ficou para a madrinha.

Desse modo, é perceptível a diferença de expressões utilizadas para narrar a figura da madrinha de Joaquim Nabuco. Dona Anna Rosa Falcão é relatada por Carolina como uma pessoa extremamente bondosa, como aquela que atendia a todos os desejos do afilhado, sobretudo, presenteá-lo com escravo em mais de uma ocasião, e destaca por vezes o modo benfazejo com que a madrinha o tratava Nabuco. O curioso nesse capítulo é que a autora escreve apresentando a mãe de Nabuco como rival da madrinha, segundo Carolina “A mãe [de Nabuco] se lhe afigura durante ainda bastante tempo como apenas uma rival daquela que êle não podia esquecer [a madrinha], (p.11). Afirma como se o próprio Nabuco a tivesse colocado como rival, argumento esse que não aparece na autobiografia do autor.

Os feitos da madrinha são descritos como elementos que Nabuco jamais esqueceu. Com destaque para a construção da capela do engenho de Massangana e da escola que a madrinha construiu especificamente para o afilhado, “onde os pequenos escravos eram seus discípulos,” (p.9). Assim como faz o próprio Nabuco, sua filha também se utiliza desses

episódios para explicar o rumo da vida de abolicionista. Carolina não apenas sublinha que seu pai viveu cercado pela instituição escravista na infância, enfatizando que ele estava ligado a esse tema desde a origem, como também apresenta o episódio do jovem escravo que se ajoelha aos pés de Nabuco, como principal motivo. Para ela, Nabuco

nunca esquecera sobretudo o apêlo desesperado do escravo desconhecido que, fugindo de um senhor cruel, viera um dia se atirar a seus pés, pedindo para servi-lo. Nesse incidente, que terminou com a compra, *em seu nome*, do negro foragido, *presente da madrinha*, o que se lhe revelou, de modo impressionante, *foi o lado trágico, que êle ignorava, da instituição que cercára sua infância de dedicação.* (NABUCO, 1929, p. 9. Grifos nossos.)

E completa ainda que, a escravidão seria a “instituição que ele seria *fadado* a combater”, (p.9). Aqui a autora é direta em suas colocações sobre a previsibilidade da vida de Nabuco, fica a impressão de que, por conta desse “incidente” não haveria outra coisa para Nabuco senão ter se tornado abolicionista.

No segundo capítulo da biografia, denominado *Colégio e Academia*, a filha de Joaquim Nabuco se reserva a narrar a juventude dele, apresentando destaque para os locais onde estudou, como por exemplo o Colégio Pedro II¹⁰. Segundo a autora, por meio de um testemunho de um colega de seu pai, informa que, ele “pouco estudava, mas com grande facilidade *se mostrava senhor de qualquer assunto*,” (p.13. Grifo nosso.) estava mais interessado em escrever poesias e *já expressava sua paixão pela política*. Por conda disso, afirma Carolina que “suas notas só chegam a ser brilhantes duas vezes – no segundo e no sexto ano de curso”, mas, “Nabuco sai do colégio muito forte em Latim e Grego” (p.13). Enfatiza ainda que seu pai pertencia,

a uma geração que não se preocupava com exercícios físicos, Nabuco nunca os praticou e não lhes deveu sua *conformação robusta e suas boas côres*. Era em torno das letras, das artes, e sobretudo da política que se agitava e fervia a atividade de sua geração [...] Nabuco *nascido com qualidades de chefe e com predicados para chamar a admiração*, tornou-se *desde o princípio um dos leaders da vida cheia e alegre de estudante.* (NABUCO, 1929, p.16. Grifo nosso)

Visivelmente, Carolina delineia a figura de um jovem, que mesmo sem muito estudar já demonstrava um certo tipo de habilidade para se apoderar dos assuntos que lhe interessavam, ou qualquer um que aparecia, e aproveita para demarcar as qualidades físicas endossando ainda mais a narrativa.

¹⁰ O Colégio Dom Pedro II foi a instituição mais importante do Brasil imperial em termos de ensino secundário. De acordo com José Murilo de Carvalho, o “Colégio foi criado em 1838 e destinado especialmente aos filhos de famílias ricas, que preparava para as escolas, e também formava bacharéis em letras.” (2011, p. 74).

Com as expressões, “nascido com qualidades de chefe” e “desde o princípio um líder”, a autora posiciona Nabuco como um líder predestinado, “desde sempre”, confere sentido à vida, e busca extrair uma lógica daquele que posteriormente tornou-se abolicionista conhecido como líder do movimento. Como afirma Bourdieu, “uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva,” para que a trajetória de Nabuco ganhe coerência desde nascença (2006, p. 184).

Adiante, aplicando esse mesmo termo, apresenta outro relato de um colega de Nabuco, Sancho Barros Pimentel, para comprovar suas considerações sobre o futuro político: “*desde os seus primeiros anos da academia, revelou-se um talento feito para a vida exterior, para a política, destinado a ser um homem de ação*, para viver em um meio que o aplaudisse e o elevasse.” (p.17). Novamente posiciona Nabuco como alguém elevado que se destacava entre os demais. Contudo, ressalta e reconhece que, Nabuco “como estudante não era dos mais assíduos”, mas se saía bem com os trabalhos nos jornais e panfletos, estava envolvido em tudo que dizia respeito à política e discussão de problemas sociais na faculdade, o que lhe conferia “protagonismo estudantil” (p.17).

Levada adiante, a busca por explicar o futuro de seu pai a partir de um marco específico, pode fazer com que, não só a narrativa, mas também a vida de Nabuco tenha sido rigorosamente ordenada. No trecho seguinte, Carolina sinala um período exato que define o futuro do biografado.

Relata:

“A volta de Nabuco ao Recife, em 1869, para cursar o quarto ano, exerceu sobre seu futuro uma *influência decisiva*. Ia ao *encontro de seu destino*, como seu primeiro avô brasileiro quando ali desembarcara *trezentos anos antes*.” (NABUCO, 1929, p.21. Grifo nosso). Com isso refere-se ao retorno de Nabuco, de São Paulo para a Faculdade de Advocacia no Recife, e o “destino” que, como seu avô encontrou “trezentos anos antes”, informa, projetando significado à carreira prestigiosa de político que teve Joaquim Nabuco.

Em todo o texto, salta aos olhos a abundância da presença de adjetivações para enaltecer a aparência física de Joaquim Nabuco. Segundo Carolina, até nesse quesito a natureza não falhou em beneficiá-lo. Nesse mesmo ano em que retorna para Recife, ela demarca que,

Joaquim Nabuco guarda ainda a esbelteza da adolescência, apesar da altura descomum. Um simples buço sobre os lábios cheios prenuncia os fartos bigodes que ele nunca havia de raspar e que a moda de seu tempo achava belos. *O nariz, forte, reto, e o queixo firme são admiravelmente talhados*. Usa os cabelos atirados para trás, em largas ondas que deixavam livre a *testa nobre*. *Graça aos olhos, de um castanho quente, que lhe refletem a inteligência, une à beleza clássica, dos traços à beleza humana da expressão*. A natureza fora *pródiga*. (NABUCO, 1929, p. 23. Grifo nosso.)

Observa-se que relata a figura de Nabuco toda ajustada, clássica, nobre, graciosa, bela, forte, indo ao encontro daquilo que posteriormente, a maioria dos admiradores de Nabuco postularam, elencando-o como sujeito excepcional também, e especialmente por conta da aparência.

Adiante, porém, ainda no mesmo capítulo, o enaltecimento é transferido para destacar os “dotes” intelectuais de Nabuco,

Nesse tempo, as leituras eram grandes acontecimentos em sua vida. Seu espírito em formação absorvia avidamente uma imensa variedade de obras, mas no álbum em que transcrevia as passagens que *mais o interessava e impressionavam, o assunto que predomina é a escravidão*. Ela inspirou-lhe também o primeiro livro, escrito no Recife entre os estudos.¹¹ (NABUCO, 1929, p. 24. Grifo nosso.)

Convém lembrar que, esses são ainda trechos do capítulo 2 dos 12 que compõem toda a biografia, o que nos faz observar o empenho inicial, mas que perpassa toda a obra, da filha de Nabuco em delimitar momentos específicos da vida dele e grifá-los como essenciais ao futuro de político e abolicionista. Na citação supracitada, a autora não só apresenta fatores da intelectualidade de Nabuco, como aproveita para entrelaçá-los ao tema da escravidão, mostrando-o como um assunto presente e em destaque em sua vida desde a juventude.

Nesse contexto, como jovem advogado, Nabuco fez um discurso em defesa do escravo Tomás, que assassinou o responsável por açoité-lo em praça pública, sobre este episódio Carolina refere-se à Tomás como, “O preto, terrível [que após assassinar seu senhor] pela sua força física e pela sua violência selvagem, foi preso com dificuldade.” (p.27) e a seu pai como, “o brilhante e apaixonado defensor” (p. 29). Concomitante a isso, atribui todo o “sucesso” do acontecimento à figura e ao futuro de Joaquim Nabuco: “Parecia incrível que alguém aparecesse para defender tão revoltante acusado. Fazendo-o Nabuco criou um escândalo local, que logo se transformou no *seu primeiro triunfo oratório*.” (NABUCO, 1929, p.28. Grifo nosso).

Sobre esse mesmo ocorrido, relata Angela Alonso que, na época, o tema da escravidão já ocupava a agenda do Senado, e Joaquim Nabuco “farejou um caso de visibilidade”, utilizou uma argumentação no discurso antes já empregada pelo abolicionista “Luiz Gama, um ex-escravo que se fizera advogado em São Paulo”, e assim Nabuco obteve, desse caso, nas palavras de Alonso, “a comutação da força em galés perpétua – o resultado usual – e a ideia de um opúsculo político.” (ALONSO, 2007, p. 44). Tomás foi condenado à trabalho forçado, ao invés da pena de morte, e Joaquim Nabuco virou polêmica e firmou uma imagem política.

¹¹ A autora refere-se ao livro *A Escravidão* que Nabuco escreveu em 1870.

A atitude de Nabuco não só afrontava os “princípios da sua época” como também abria caminho para efetivar aquilo que mais era apaixonado, o ato de discursar. Neste sentido Carolina parece erguer um altar para posicionar a figura de seu pai pelo ato da ocasião. Assim como as biografias tradicionais do século XIX e início do XX que, se articulava ao projeto de narrar a vida daqueles que deveriam ser recordados, elencando, como aborda Manoel Luiz Salgado Guimarães, seus grandes feitos, e produzindo exemplos de “homens ilustres” para a Nação (2008, p.21).

Para ela Carolina,

desse dia [Nabuco], transforma-se em féra. [...] É prova bastante de que êle possuía *já então*, a qualidade principal do orador, *o poder mágico* e impalpável de *levar as massas*, não tanto pelas palavras que pronuncia, quanto pela força e *sedução da personalidade toda*. (NABUCO, 1929, p. 28-29. Grifo nosso)

Logo, aponta que Nabuco possuía desde essa época a qualidade, não só de orador, mas de “principal” orador do tema da escravidão. Assim, a filha de Nabuco, parece justificar de onde vem a grandiosidade, e o poder do sujeito que ela posiciona como superior, à moda das biografias antigas. O que objetiva esse tipo de narrativa? Segundo Durval Muniz, busca-se colocar em foco o indivíduo, aquele que foge do comum, o excepcional, o “mergulho para o interior do sujeito procurando aquilo que o faz ser diferente” e aquilo que o constituiu como abolicionista e “salvador”, (JÚNIOR, 2012, p. 21).

Após formado, “competia-lhe agora escolher uma carreira,” o que Carolina denomina de *Primeiros Ensaios*. A carreira de advogado não mais interessava a Nabuco, dedica-se a literatura e ao jornalismo, porém sem muito sucesso. Segundo a autora, “Nada o interessava mais tanto quanto os grandes problemas sociais e nacionais e os livros que os discutissem.” (p.32). Como literário amador, Nabuco passou a publicar artigos em diversos jornais, os quais passou a receber críticas de todos os lados. Em defesa do pai, Carolina revela que muitas das críticas serviam apenas para “ridicularizar-lhe a formosura”, através de atos de perseguição e sarcasmos dirigidos à sua “ vaidade efeminada”.

Com suas palavras,

Era um gênero de crítica que estava destinado a persegui-lo *sempre* na vida, sem aliás o atingir. *Não se podia emprestar ridículo à beleza máscula de Nabuco*, mas ela atraiu comentários e serviu de assunto em todo tempo. Por ser belo e elegante, os adversários supõem que é forçosamente vaidoso [...] acusavam-no, os que não o conheciam, de usar pulseira e de ondular os cabelos a ferro. (NABUCO, 192, p. 45. Grifo nosso)

Interessante notar o modo como a autora afirma a beleza e a masculinidade de Nabuco como algo que não poderia ser abalado. Em vários momentos da narrativa, propositalmente ou

não, a autora apresenta os relatos de vários contextos de críticas direcionadas à Nabuco, com trechos de textos e discursos, mas, sempre ao final da descrição Carolina constrói parágrafos afirmando as qualidades, sobretudo físicas, do político. Parece uma forma adversativa de dizer que a beleza dele era capaz de ofuscar e resolver qualquer desaprovação.

Após esse período de “desacertos” de profissão, vem a narração da *Aprendizagem Diplomática* entre 1876 e 1878, momento em que Nabuco adquire o cargo de Adido de Legação. Neste capítulo, ressalta o que Nabuco já havia dito na autobiografia, que o cargo de Diplomata não era bem o que ele desejava, porém Carolina afirma sobre isso sua própria opinião: “uma carreira como a diplomacia [...] garantia um futuro agradável” (p.47). Após descrever toda a viagem de Nabuco à Europa, o que não diferencia muito do que ele relatou em *Minha Formação*, Carolina diz que a ideia dominante da vida de seu pai, “a guerra à escravidão”, se forma ainda mais com essas viagens.

A segunda parte do livro, que inclusive compõe a sessão mais extensa de toda a obra, é preenchida por aquilo que a autora chama de “ação”. Desde a estreia no parlamento, passando pela ascensão do abolicionismo, em que registra as ações de Nabuco como orador durante a campanha pela abolição, até o fim da escravidão e o advento da República. Todo esse período perpassa entre 1879 e 1889. Após as viagens, Nabuco volta imbuído de ideias e na esperança de implantar o liberalismo inglês no Brasil. Isso, claro, de acordo com Carolina, que ao narrar põe em evidência ser a quarta geração de seu nome na câmara, “trazia sua plena liberdade de ação”, conferindo assim legitimidade a qualquer ação de Nabuco apenas pela genética.

Ao discursar, afirma ela, Nabuco exclamava “com uma franqueza ousada”, e logo no primeiro momento como deputado foi bastante cumprimentado, assim como criticado. Entretanto, nesse contexto, as críticas que predominavam giravam em torno do fato de Joaquim Nabuco ter a candidatura lançada pelo pai quando ainda estava na Europa e por ser ele um brasileiro que não conhecia seu próprio país. Na mesma esfera em que relata as críticas, a autora salienta os elementos políticos que Nabuco pretendia defender como deputado, e com isso o compara a um herói: “Eleição direta. Liberdade religiosa. Emancipação dos escravos. Em defesa desse triplo ideal, Nabuco peleja tal um *paladino*¹².” (p. 65). A saber, “paladino” significa um Fidalgo de estirpe nobilíssima. Homem intrépido, sem medo, arrojado, corajoso.

Na mesma perspectiva de exaltação, para narrar a estreia parlamentar, Carolina Nabuco se utiliza de uma citação de Tobias Monteiro, político brasileiro e historiador que, ao falar de

Nabuco enumera de maneira enfática, adjetivos que enaltecem características físicas do abolicionista.

Havia nele alguma coisa fascinante. Moço, de cerca de trinta anos, *grande, forte, elegante, de rara beleza varonil, voz poderosa, límpida e sonora, o gesto sóbrio*, possuía ao demais um que de *exótico*, que as viagens lhe tinham impresso no espírito e impregnado no corpo, algo da exterioridade inglesa e da paixão liberal *dessa raça sem par* e ao mesmo tempo o ardor dos tribunos latinos, a imaginação exaltada dos meridionais, a abnegação, o desprendimento quixotesco de um cavaleiro espanhol. (Monteiro, *apud*. NABUCO, 1929, p. 65. Grifo nosso)

Com tal recurso, vê-se que a autora se apoderou de uma maior documentação para compor a biografia e legitimar a figura excepcional de seu pai. Da mesma forma, vale perceber que os adjetivos utilizados por Tobias são aqueles que com frequência são tradicionalmente destinados ao gênero masculino, isso dentro de uma construção de papel do homem que, na época, século XIX, era exigido socialmente que tais características para ser um político. Além disso, se verifica o fato de Tobias destacar adjetivos que colocam Nabuco em pé de igualdade com o europeu, o inglês, o estrangeiro da raça louvada e exaltada; dos latinos apenas o calor excessivo. Sendo assim, de maneira repetitiva, Carolina narra as críticas feitas a seu pai e, logo na sequência, arquiteta um parágrafo que possa sublinhar de modo exorbitante as qualidades daquele.

De acordo com Carolina a imagem do pai de Joaquim Nabuco, mesmo depois de morto, perdura na Câmara, e é bastante reivindicada pelos parlamentares ao comparar Nabuco (filho) a Nabuco de Araújo (pai). Nesse contexto, conforme Roberto Da Matta, atesta o fato da peculiaridade da cultura brasileira em que a figura do morto que predomina em vida é muitas vezes projetada em outra pessoa com a expectativa de manter aquela personalidade “perdida”, ou mesmo manter como exemplo o falecido, que é quase sempre evocado como que para remeter a uma moral ou guia.

Além disso, ocorre o enaltecimento das características da pessoa, que vem como mais força após a morte. Como diz Roberto Da Matta, talvez pelo medo, o ser humano nega a morte e internaliza a ideia de imortalidade. Essa característica de falar com frequência dos mortos, que para Da Matta é marca brasileira, o exaltar, reivindicar, lembrar, é também uma “forma sutil e disfarçada de negar a morte, fazendo prolongar a memória do morto e dando àquela que foi viva uma forma de realidade.” (DA MATTA, 1997, p. 140-141).

Essa ideia a que Roberto Da Matta se refere, fica evidente nas palavras de Carolina quando diz: “Não havia um ano em que ele [pai de Nabuco] desaparecera, e sua personalidade era inda viva, sua autoridade invocada a todo propósito, às vezes contra o próprio filho[...].” (p.

70). Na fala de um deputado, o nome do Senador Nabuco de Araújo é evocado como preferível em relação ao filho, em outra, Joaquim Nabuco é tratado com desdém ao ser comparado ao pai: “que temos nós ouvido ao filho desse homem eminente [...] daquele grande espírito que foi nosso venerando chefe e ainda de *além-túmulo nos deve servir de guia?*” (Franco de Sá, 30 de Junho de 1879 *apud* NABUCO, 1929 p. 70) afirma o deputado Franco. Como coloca a autora, Joaquim Nabuco “entra no parlamento brasileiro introduzido pela sombra respeitada de seu pai.”

Carolina também faz comparação entre Nabuco pai e Nabuco filho, segundo ela aquele “respeitador das tradições e dos costumes” algo ausente no filho. Assim como “a fantasia dos discursos” presente em Nabuco, não se manifestava em Nabuco de Araújo. Com suas palavras, “o filho [...] juvenilmente deslumbrado ainda com tudo que aprendeu e julgou de belo”, preocupava-se em enfeitar sua fala com palavras e citações de artes, ciências e versos literários (p. 73). As informações que a autora traz sobre seu avô, para fazer as devidas comparações, são baseadas na biografia *Um Estadista do Império (1898)* escrita pelo próprio Joaquim Nabuco sobre Nabuco pai. Amparada nessa questão – de uma escrita de filhos sobre pais – é que Carolina deve ter repetido as pegadas do pai.

Em meio a esse enredo comparativo a autora determina Nabuco como um “ser iluminado”, diferente do pai.

Enquanto o sábio hesita, e perde a ocasião, *o homem de ação, o iluminado*, se atira com um ardor comunicativo. Joaquim Nabuco pesava de certo os prós e contras, mas, resolvida a questão, as dúvidas cediam lugar à confiança. Daí sai influência imediata sobre o povo, *mais forte que a de seu pai*. (NABUCO, 1929, p. 74. Grifo nosso.)

Destaca as diferenças entre um e outro, mas, Joaquim Nabuco, o sujeito então biografado, permanece posicionado pela autora como superior, “um homem monumento” que, por mais que tenha herdado da gênese a política, dela se apropriou e se saiu melhor que o próprio pai.

No Parlamento Joaquim Nabuco se interessava por diversos os assuntos principalmente aqueles que lhe conferissem uma imagem de destaque, algo que causasse controvérsia ou disputa. Não cabe aqui nos atermos à série de discursos que Carolina descreve na biografia como forma de legitimar o modo entusiasmado com que falava seu pai. Mas, convém saber Segundo Angela Alonso que, Nabuco se apoderou da defesa das terras indígenas do Xingú, de questões referentes à educação, limpeza urbana, iluminação pública e tudo que pudesse efetuar discursos acalorados, “treinava a embocadura, mas ainda se perdia em digressões e nos meandros da oratória. Jamais treinado para o trabalho metódico, não tinha a disciplina de tomar

notas para os discursos. A forma e o conteúdo às vezes brigavam, e não venciam os apartes (ALONSO, 2007, p. 90).

Diante disso, Carolina aponta o tema da escravidão como o assunto em que ele melhor se sobressai. E afirma: “Para criar-se o movimento, e sobretudo para mantê-lo, *era preciso* um esforço persistente, uma propaganda sempre crescente; *um forte*, enfim, *para conduzir os dedicados*. Seria esse o papel de Nabuco.” (p. 85). Imprescindível observar a definição que ela atribui ao papel de Joaquim Nabuco, posicionando-o como o forte e necessário à criação do movimento abolicionista.

Por todo exposto, importa salientar que nossa análise não pretende pronunciar uma crítica de atribuição negativa de valor à filha de Nabuco, e a forma com que narra a vida do pai, conferindo assim um esvaziamento da história e das informações que autora apresenta. De outro modo, nos dispomos a observar que tal construção narrativa, descreve uma vida alinhada, iluminada e posicionada como exemplo, se aproxima daquilo que Bourdieu, (2006) chamou de “ilusão biográfica” reside no pressuposto de explicar o sujeito por ele mesmo, “não importando as variantes de tempo ou lugar, que dele se exigirá adaptações”, assim como demonstra Durval Muniz, “a crença na possibilidade de se resgatar e redizer o passado de um dado personagem encontrando no seu passado as marcas de seu presente.” (2012, p. 26).

Ao fim do primeiro ano como parlamentar, que a autora chama de “ano fértil em resultados”, Nabuco sai de férias e viaja para a Europa, momento que será tratado no capítulo – *Viagem e Candidatura* da biografia. As informações são baseadas nas correspondências que Nabuco remete ao Barão de Penedo a quem mencionamos no início deste trabalho. Sublinha-se o fato de que, as cartas trazidas por Carolina demonstram questões do âmbito privado da vida do pai, por sua vez, diferente da autobiografia em que Nabuco buscou mostrar-se apenas pelo lado público construindo assim uma imagem rígida, de homem centrado, político formado e intelectual. Carolina constrói uma imagem mais flexível, mostrando as críticas que ele recebia, suas preocupações com relação às roupas, à aparência, e à saúde, assim como as confissões da vida afetiva relatadas nas cartas destinadas ao Barão¹³.

No retorno da viagem à Europa, e na tentativa de se reeleger deputado em 1881, Nabuco exprime ao Barão de Penedo o desânimo que lhe acometia fazer campanha para se candidatar novamente, confessando que não queria “mendigar votos” ao eleitorado. Sobre isso Carolina expressa que houve em Nabuco um

¹³ São muitos os trechos das correspondências apresentados por Carolina. Desse momento, em específico, podem ser encontrados trechos nas páginas, 134, 136 e 137 da biografia.

Mixto de desânimo e de ativa indiferença, que trai a psicologia pessoal do autor. Nabuco, que era realmente um *forte, era, também, eminentemente um nervoso e um sensível*. Ao lado de muito inexperiência, ao lado de um grande desdém pelo que sempre chamou de “politica com p pequeno”, esse manifesto registra *um dos raros e curtos momentos em que a susceptibilidade domina*. (NABUCO, 1929, p.145. Grifo nosso)

Assim, com essas palavras, ela justifica o momento de desânimo de seu pai definindo como algo curto e raro, difícil de ocorrer pelo fato dele ser “realmente um forte”. Analisando a citação podemos refletir que, a imagem por anos construída de um Nabuco sublime, acima do humano, pode ser desmistificada se observarmos que atribuições como – forte, sensível, nervoso e suscetível – são condições naturais de um ser humano “comum”, sendo assim, se foram essas suas expressões, ele era então humano como todos nós.

Adiante, a autora reserva uma parte da obra para falar sobre o abolicionista José do Patrocínio, o qual abordaremos no segundo capítulo deste trabalho, no primeiro momento, aparenta que Carolina mostra a figura de outro importante abolicionista para contextualizar sujeitos que faziam parte do mesmo movimento que Nabuco. No entanto, a autora adequa as argumentações sobre a personalidade de Patrocínio em uma narrativa de comparação.

Segundo relata, Patrocínio “Era o rei dos comícios e o jornalista do povo, aquele cujo papel na abolição, diferente do de Nabuco, lhe deve ser equiparado.” (p.168), e as características específicas que a autora coloca em comparação entre um e outro, reforça questões ligadas a raça e à condição social:

Esse mestiço, quasi preto, que subira pelo talento, orgulhava-se de pertencer às camadas mais baixas da democracia, de representa-la toda [...], *a eloquência de Patrocínio não se baseava no pensamento. Sua grande força era a emoção*. [...] o homem *não era decerto elegante nem harmonioso*. Baixo, grosso, gestos desordenados, a voz um pouco nasal, *era todavia uma força da natureza, bárbara e indomável*. Inspirava-se na sensibilidade interna que lhe vinha da raça africana. *Para lhe dar expressão, para guiar a verdadeira torrente de sua eloquência, tinha o talento da raça branca* e o povo deixava-se fascinar. (NABUCO, 1929, p. 168-169. Grifo nosso)

Com essas definições a autora marca os traços de José do Patrocínio de maneira desfavorável, destoante, desordenada, ele não tinha a capacidade de discursar baseada no pensamento, e sim nas emoções, e o que havia nele de eloquência herdou da raça branca. Sem contar que define a força de Patrocínio como bárbara, estrangeira, selvagem, indomável distanciando de outros homens.

Diante disso, é importante considerar Carolina Nabuco como uma pessoa do seu tempo, em que o contexto era também de uma estrutura social racista que atribuía valores negativos e de inferiorização à raça negra. Contudo, é impossível, diante de toda a construção que ela

apresenta da figura de Nabuco, não observarmos que a inserção da imagem de Patrocínio, releva, talvez uma tentativa de elevar mais ainda a figura de seu pai como “tipo certo” de abolicionista que cumpriu o papel a ele destinado desde à origem.

A imagem do Nabuco como grande orador é constituída no capítulo sétimo, – *O Orador* – na segunda parte da obra em que a autora faz menções aos discursos que ele realizou e contextualiza o modo como a fala era recebida. Conforme conta, a arma dele era a palavra, “e com ela fez os milagres que se devia esperar de tal causa” (p. 192. Grifo nosso). Carolina estabelece a figura de um grande homem, quase um “messias” que, com muita facilidade, persuadia as pessoas que o assistiam e as conquistava para a causa da abolição. Com suas palavras, e por meio de uma visão projetista, a autora determina o futuro do abolicionista: “De um lado ao outro da cidade ia Nabuco falar, acompanhado sempre de uma grande massa e cercado de uma inesquecível atmosfera de apoio e admiração. Desde os primeiros discursos, percebia-se que a causa estava ganha” (p.193. Grifo nosso).

Nesse contexto, a causa estava ganha, mas sublinhamos, estava ganha por ele, pois ao compará-lo com outros oradores e abolicionistas Carolina eleva apenas as características de seu pai como exemplares: “sem ser popular como a de Patrocínio, nem acadêmica como a de José Bonifácio, o *Moço*, participou dos dois gêneros e acrescentou-lhe uma fantasia graciosa, um inesperado de imaginação que eram só dele e que encantavam.” (p. 196. Grifo nosso). Com essa argumentação Carolina demarca um lugar “especial” para a figura de Joaquim Nabuco perto dos demais oradores.

Nesse mesmo enredo, a aparência física de Nabuco aparece novamente relatada como artifício de convicção, acrescenta-se a isso o fato de designar a perfeita oralidade como algo de nascença:

Nabuco nasceu orador e deveu à eloquência o melhor do seu prestígio e da sua celebridade. Tudo o ajudava, a começar pelos *dotes exteriores* [...] Nabuco tinha a seu favor a *estatura dominadora*, o *porte nobre*, a fisionomia enérgica e inspiradora, o gesto eloquente e sóbrio, a *voz bela*, vibrante, *capaz de encher grandes espaços sem o menor esforço*, e sem alteração do timbre aveludado e sonoro. (NABUCO, 1929, p. 198-197. Grifo nosso)

Desenha-se uma figura impecável e dominante desde a origem, tanto que ela conclui fazendo-se conhecedora dos efeitos da fala de Nabuco à consciência da população. Afirma, “não havia um ponto vulnerável na consciência do povo em que Nabuco não tocasse no seu magnífico esforço de converter Pernambuco ao abolicionismo. A conversão foi real e completa,” (p.202) não havia saída, bastava ele falar e todos saíam convencidos.

Com esse aparato a autora finaliza a biografia definindo que desse momento em diante dava-se como certa a vitória do movimento abolicionista, e atribui todo o empenho realizado à Joaquim Nabuco. Foi a ele que ocorreu “um modo infalível de forçar a Princesa Regente a tomar, sem demora em favor dos escravos, a resolução a que seu coração maternal pendia” (p.256), usou do artifício de confrontá-la cobrando seu dever de mãe e de católica. Assim, Nabuco não só teve a ideia de persuadir a princesa como se adiantou na ocasião.

A semana que antecede o 13 de maio de 1888, dia da Lei Aurea que aboliu a escravidão no Brasil,

É para Nabuco a semana do triunfo. Conhece a sensação gloriosa de *atingir o fim que se marcara*, do qual por muitos anos não desprendera os olhos, o fim que, nos dias mais negros *julgou não alcançar numa vida inteira*, e a que chegou em plena mocidade [...] Joaquim Nabuco, então levanta-se. Neste cenário ele é, *de certo, a figura principal*, e alegria lhe devia, com razão, iluminar o rosto fervoroso.” (NABUCO, 1929, p.265. Grifo nosso)

Com essas palavras o posiciona como “triunfador” e vitorioso por seus feitos e estratégias. Está constituída a imagem daquele que deve ser memorizado como exemplo para a história.

Interessante observar, com toda essa análise da biografia, que apesar de Carolina abordar discursos de Nabuco, citações de admiradores e trechos de correspondências confidenciais, no entanto, em nenhum momento descreve relatos da vida afetiva. Por mais que a biografia contenha elementos da vida privada de Nabuco, totalmente ausente em *Minha Formação*, essa categoria específica – a vida afetiva – não é abordada na obra. Neste sentido, o livro de Carolina Nabuco se assemelha ao de seu pai quando escolheu narrar a si mesmo apresentando apenas a vida pública. É possível que Carolina tenha buscado manter – nessa esfera – o “desejo” do pai? Fica o questionamento.

De todo modo, podemos considerar que tanto Carolina Nabuco como Joaquim Nabuco apresentam uma narração retrospectiva e linear da vida do abolicionista. O tema da escravidão é interligado à vida desde a origem, passando pela juventude, pela vida acadêmica, intelectual e política. Como vimos, Carolina não só traz dados, relatos e discursos que enaltecem a superioridade de Nabuco, como dá seu parecer sobre o sujeito e sobre sua personalidade extraordinária.

Na medida em que efetuamos tais apontamentos, analisando a arquitetura narrativa utilizada pela autora para construir a imagem de Nabuco, objetivamos, longe de uma depreciação da escrita da autora, e de sua relação com o biografado, preconizar um olhar observador e não de juiz. Isso, para compreender o presente pelo passado pois, “o passado é,

por definição, um dado que nada mais modificara. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.” (BLOCH, 2001, p.75), sobretudo através da abordagem e pesquisa histórica.

As observações nos permitem perceber que a narrativa tanto de Nabuco quanto de sua filha postulam hierarquizações, posicionaram o sujeito em um determinado lugar social, em uma determinada esfera de persona admirável, lugar de superioridade, de exemplo. As ações do indivíduo são vistas como resultado de uma origem seguindo parâmetros apenas pessoais e na maioria das vezes genéticos que desconsideram as possíveis interferências do contexto social no qual ele viveu.

No próximo capítulo trataremos mais dessa trama social e de alguns indivíduos abolicionistas que vivenciaram o mesmo tempo que Joaquim Nabuco, porém, não tiveram um legado de “salvador da raça negra” ou de triunfadores. Os artifícios narrativos utilizados por Carolina são, evidentemente, elementos de biografias tradicionais que visam erguer um monumento da personagem. Acerca disso, nos amparamos em Bourdieu ao dizer que,

Tentar compreender uma carreira ou uma vida como uma série única e em si suficientes de acontecimentos sucessivos, sem outro elo que não associação a um “sujeito” cuja constância não pode ser mais que a de um nome próprio socialmente reconhecido, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto do metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. (BOUDIEU, 2006, p. 189-90)

Assim, podemos reiterar que Nabuco não viveu apenas para ser abolicionista, e sim viveu no tempo em que havia escravidão, cresceu próximo a estrutura escravista, como era de se esperar por ser filho de senhor de engenho, e, mediante as várias circunstâncias do seu tempo, do tecido social e das suas oportunidades e privilégios de vida, tornou-se então político e abolicionista.

Além de Carolina, Joaquim Nabuco teve mais quatro filhos, Maurício Hilário Nabuco de Araújo, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo Filho, Marianna Nabuco de Araújo e José Thomaz Nabuco de Araújo. Sobre eles, nem Nabuco nem sua filha fazem menção nos livros aqui analisados. Interessante notar que, mesmo tendo irmãos homens é Carolina quem se coloca no papel de alguém que precisa dar continuidade à trajetória familiar, a narrar a vida dos homens da família. Assim Carolina torna-se a biógrafa de seu pai, que com todo empenho constrói uma memória dos Nabuco.

CAPÍTULO 2 - NABUCO NO SEU TEMPO E NO SEU CONTEXTO

I. Outras releituras biográficas

Diante da exposição estrutural das obras analisadas no capítulo anterior, podemos conferir que tanto a escrita de si, quanto a biografia escrita pela filha de Joaquim Nabuco o posicionam como sujeito exemplar, um homem que teve uma carreira política digna de ser frisada na história do Brasil. Com isso, pode-se entender que, pelo fato de Nabuco ter sido muitas vezes biografado como “salvador dos negros”, a escrita da autobiografia pode não levantar dúvidas sobre o modo como buscou arquitetar a narrativa de sua vida e construir sua própria imagem. Com isso em vista, colocar em xeque a veracidade dos fatos rememorados por Nabuco não foi nosso escopo, até porque como aponta Paul Ricœur (2000) “o historiador deve deixar de tratar os vestígios da memória como resíduos arcaicos ou como uma ficção da qual se deve desconfiar.” (apud LORIGA, 2009, p. 25). Todavia, como observamos através do estudo de Angela Alonso ao citar a inverossimilhança na história contada por Nabuco¹⁴, pensamos que nossa pesquisa possa instigar um olhar e uma reflexão histórico-filosófica na busca de compreender que, a maneira como Joaquim Nabuco escreveu sobre si, é de fato como queria ser visto, lembrado, historiado, uma fabricação de si, de sua figura e história.

A escolha de Nabuco em realçar determinados momentos na autobiografia, e mostrar apenas a vida pública destacando manifestações políticas específicas, repara-se o próprio nome do livro “*Minha Formação*”, remete à ideia de caráter, personalidade – e as divisões da vida em *formação intelectual, política e humana*, bem como, a exposição de seus privilégios o gosto pela vida aristocrática, da qual em certo momento diz ter aberto mão para lutar pelos escravos. São elementos que podem ser vistos, no contexto de nossa análise, como meio de remodelar através da escrita, uma história de vida que justifique, explique e demarque o lugar de abolicionista “salvador”.

Das biografias interpretativas da obra de Joaquim Nabuco¹⁵, e que utilizamos como fonte para nossa pesquisa, nota-se que a constituição da imagem do político não difere muito daquilo que expomos sobre a autobiografia e a biografia de sua filha, salvo a mais recente, escrita pela socióloga Angela Alonso – autora que possui vários trabalhos sobre Nabuco e a

¹⁴ Referente à visita ao engenho onde pisou no túmulo dos escravos. Segundo Alonso Nabuco não efetuou essa visita relatada na autobiografia.

¹⁵ Maiores informações sobre textos memorialísticos escritos após a morte de Joaquim Nabuco e que tinham por finalidade exaltar as contribuições do político para a libertação dos escravos, e também sobre outras obras biográficas que não serão citadas aqui, ver a tese de doutorado de Henrique Antonio Ré, intitulada *Progresso e utopia no pensamento de Joaquim Nabuco. Influências da Economia Política francesa e das teorias racialistas*, 2009. Trabalho que foi de muita valia para nossa pesquisa.

Abolição publicada em 2007 apresenta uma investigação histórica e sociológica sobre a vida pública, intelectual e privada de Nabuco e seu desempenho como político. Tal biografia que é referência principal em nossa pesquisa, visou, segundo a autora,

Não salientar um sentido na vida de Nabuco, que lhe desse uniformidade e direção. Isto significaria resvalar para a “ilusão biográfica”. Procurei, antes, reconstruir e evidenciar tensões e processos da sociedade imperial que transcendiam Nabuco, mas que ganhavam concretude e se tornavam visíveis através de sua figura ímpar. (ALONSO, 2008, p. 9)

As demais biografias, em sua maioria, buscam explicar o sujeito por ele mesmo, como fez o próprio Nabuco, principalmente utilizando o episódio de Massangana, como justificativa primeira de ter se tornado um abolicionista, e o apresenta como principal responsável pela libertação dos escravizados. Segundo Henrique,

Ao lê-los [textos biográficos] tem-se a impressão de que o lado da seriedade e do bom senso na luta contra a escravidão estava representado exclusivamente no parlamento – *tendo a figura de Nabuco o destaque principal* [...] para ser preciso, segundo essas biografias, praticamente não houve lutas; ou melhor, lutas houve, mas aquelas que merecem entrar para a história são as lutas de idéias, de tribuna, de oratória; tudo o resto são inconvenientes, frutos do excesso ou do desespero e que merecem, portanto, ser silenciados. (HENRIQUE, 2009, p.36-37. Grifo nosso)

De maneira breve, apresentaremos algumas releituras que descrevem Nabuco como ser sublime, sujeito excepcional, “à frente do seu tempo”. A vida do político é narrada com base na autobiografia, com base na construção e na fabricação que Nabuco fez de si. Os episódios realçados da vida se repetem nas biografias, as escolhas que Nabuco diz ter feito atrelando tudo sempre ao tema da escravidão, também se repetem nessas biografias, de modo que fica explícito que, a confecção que o autor faz de sua imagem, foi a principal contribuição para seu legado de eminente abolicionista.

Jorge Buarque Lira (1955) por exemplo, escreve um esboço biográfico de Joaquim Nabuco elevando-o como insuperável sacerdote. A obra, que tem por nome – *O Homem e a Ação* – publicada em 1955, utiliza termos como: “o insuperável orador da Abolição”, o “grande mistagogo do ideal”¹⁶; “profeta”; “lenda irreal”; aquele que, “distanciou-se, sobremodo, do símbolo humano”. Lira deixa exposto qual o objetivo de biografar a vida de Nabuco,

O livro que ora damos à estampa, está longe de completar o ciclo analítico em torno das idéias e das realizações de Nabuco. Tem ele, porém o alto mérito [...] de revelar, não uma face nova, isto é, inexplorada da individualidade do *inovidável pugnador da liberdade dos escravos*, mas um sentido diverso e original da situação social, do seu idealismo posto *ao serviço das grandes*

¹⁶ O termo Mistagogo significa uma espécie de sacerdote grego que ensinava mistérios e cerimônias religiosas para iniciantes.

causas e do seu sentir íntimo face aos fenômenos que empolgaram o pensamento dos homens da sua época.” (LIRA, 1955, p. 13. Grifos nosso)

De pronto, Nabuco é narrado como “pugnador da liberdade dos escravos”, como forma de nomeá-lo como memorável batalhador da liberdade dos negros. Esse perfil de narrativa perpassa toda a obra, desde a louvação à aparência física, abundante na escrita de Lira, que diz ter sido “todo um conjunto de esteta”¹⁷ (p.31), até a comparação de Nabuco a um ser sublime.

Luiz Viana Filho, biógrafo de Rui Barbosa, José de Alencar, Machado de Assis, Eça de Queiroz entre outros, descreve Joaquim Nabuco na biografia – *A vida de Joaquim Nabuco*, 1952 – como uma figura sagrada. A escrita é extensa em informações sobre a vida de Nabuco devido ao acesso que Viana teve aos arquivos pessoais do político. Entretanto, em sua maioria, os episódios narrados mantiveram-se similares às versões apresentadas por Nabuco na autobiografia. Viana vai ainda mais longe nas louvações feitas ao abolicionista, e o posiciona na mesma escala que personagens bíblicos. Para Viana, Nabuco é, “soldado de Deus”; “Davi”; “semeador de ideias”; “peregrino da abolição”, e não hesita em apresentá-lo utilizando a mesma expressão de Pôncio Pilatos, em uma passagem bíblica, quando apontou Jesus de Nazaré aos judeus como “*Ecce Homo*”¹⁸. Eis o homem, Joaquim Nabuco, igualado por Viana Filho ao Messias, o senhor e Salvador dos homens.

Pouco antes de Luiz Viana Filho, Celso Vieira em 1949, não só biografou Nabuco como homem excepcional, como também nomeou a obra com a expressão: – *Joaquim Nabuco “Libertador da Raça Negra”*. Segundo Ré Henrique, a narrativa de Celso Vieira tem como preocupação central construir a figura de Nabuco elencando seus feitos grandiosos, assim como as outras, “estava preocupada com a sedimentação do nome do “abolicionista”, visando à criação de uma espécie de marco na história do país e do novo tipo de sociedade que se implantava.” (2009, p.36). Ao ler tem-se a impressão de que toda e qualquer luta que houve contra a escravidão ocorreu apenas pelas vias do Parlamento, e que Joaquim Nabuco foi a figura de destaque principal e representativa nos episódios contra escravidão.

Mais adiante veremos que, muito antes de Nabuco adentrar como deputado no Parlamento, o tema da abolição e as movimentações abolicionistas já vinham sendo realizadas por outros sujeitos. Nabuco escreve sobre si como figura principal na luta pela abolição, e as biografias o seguem, fieis à sua própria narrativa, à construção e fabricação de si.

¹⁷ Esteta significa alguém especialista em estética, pessoa que cultua e pratica o belo.

¹⁸ Pôncio Pilatos foi governador da província Romana no ano de 26 d.C, responsável por julgar a crucificação de Jesus Cristo.

Gilberto Freyre também não ficou de fora da lista de devotos de Joaquim Nabuco. Em uma série de textos em homenagem ao político, compilados todos em um único livro, os textos foram escritos para serem expostos em forma de discurso no evento de comemoração ao centenário do nascimento de Joaquim Nabuco, em 1947. Freyre expõe suas considerações sobre aquele que nomeia de “homem de todos os tempos”; “redentor dos cativos no Brasil” e ressalta ainda,

De Joaquim Nabuco precisamos de ver – e não apenas de ver, mas de *cultuar* – um pioneiro daquele socialismo ou trabalhismo de sentido ético, para o qual devemos caminhar cada vez mais resolutamente no Brasil, acima de seitas e de facções, de doutrinas fechadas e de sistemas rígidos. (FREYRE, 2010, p.25 Grifo nosso)

Não apenas devemos ver, mas sim “cultuar” à Joaquim Nabuco. É importante frisar que em nenhum momento estamos afirmando que essas historiografias deveriam ter sido escritas de outro modo. Pelo contrário, as biografias que aqui citamos trazem uma gama de informações documentais sobre a vida e obra do biografado de grande relevância para a historiografia. O ponto que queremos enfatizar é tão somente a ênfase que se deu em determinados assuntos, a opção em destacar os propósitos e situações da vivência da personagem, todos atrelados ao tema da escravidão, como ele fez em sua autobiografia. Possivelmente reflete nisso, o interesse de uma corrente historiográfica em manter a figura de Nabuco ligada a um tema político específico para a história e memória do Brasil.

Joaquim Nabuco foi um sujeito que gerou grande impacto na cultura brasileira, de acordo com Angela Alonso (2008), Nabuco foi uma figura que suscitou fascínio, não só entre escritores, políticos e admiradores como também entre músicos. A autora afirma que, “dentre políticos, artistas e intelectuais, Nabuco desponta como exemplo e como ícone.” (p.1). Mesmo depois de décadas de sua morte, Joaquim Nabuco ainda é citado como esse sujeito ilustrado, a saber, o disco de Caetano Veloso *Noites de Norte* do ano 2000 que possui uma canção que tem como letra um trecho da autobiografia de Nabuco. Retirado do capítulo mais citado pelos biógrafos, o capítulo – *XX Massangana* – onde Nabuco explica o *gosto* e aproximação, desde à infância, pela escravidão¹⁹.

Salta aos olhos, na autobiografia, como tratamos anteriormente, o modo como Nabuco se utiliza desse capítulo e do fato de ter sido criado em um engenho, ter mantido contato com

¹⁹ Trecho da música: “A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil. Ela espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade; seu contato foi a primeira forma que recebeu a natureza virgem do país, e foi a que ele guardou; ela povoou-o como se fosse uma religião natural e viva, com os seus mitos, suas lendas, seus encantamentos; insuflou-lhe sua alma infantil, suas tristezas sem pesar, suas lágrimas sem amargor, seu silêncio sem concentração, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte... É ela o suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas noites do norte.”

peças escravizadas, ter sido amamentado pelas amas de leite, ou seja, mulheres escravizadas, criado por sua madrinha escravocrata, e ter sido filho de um senador inserido nas questões que envolviam abolição da escravidão. Para Nabuco, todas essas prerrogativas fizeram dele um abolicionista, e o fascínio que exerceu e talvez ainda exerça se alimenta dessa reputação.

Dentre as obras literárias que reforçaram a imagem do sujeito como ser excepcional, herói e brasileiro exemplar, encontramos Graça Aranha que também era amigo de Joaquim Nabuco. Aranha escreveu em 1915 *A mocidade Heróica de Joaquim Nabuco*; também José Maria Belo, historiador, escritor e político brasileiro escreve em 1917 *Novos escritos Críticos. Machado de Assis, Joaquim Nabuco e outros artigos*. Sem contar as inúmeras reedições feitas das obras escritas por Nabuco e a criação de uma fundação estatal vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, elaborada por Gilberto Freyre em 1949, com objetivo de zelar por seus documentos e manter uma editora para difusão de seus escritos.

Joaquim Nabuco que nasceu em 1849, viveu, quando criança, em um grande engenho localizado em Massangana, Pernambuco, senhoreado por sua madrinha Dona Ana Rosa Falcão. foi nesse local que o menino cresceu rodeado por toda a estrutura econômica, cultural e ideológica que compunha o sistema escravista. Diante das referências teóricas e da incansável pesquisa feita por Angela Alonso, não é exagero dizer que Nabuco viveu ali como um príncipe. Ele era o herdeiro de toda aquela paisagem escravocrata que descreveu na autobiografia como paraíso, onde cresceu cercado por empregados e empregadas que o tratavam com extrema atenção por exigência da madrinha que era fascinada pelo garoto.

O menino descendia de uma família não considerada rica, mas com certeza da classe dominante que, por várias gerações, mantiveram contato com a política e conviveram com a escravidão. Seu pai, José Tomás Nabuco de Araújo Filho, foi senador, deputado, e um dos mentores da Lei do Ventre Livre de 1871, período em que já se discutia o tema da abolição gradual da escravidão no Parlamento. Joaquim Nabuco nasce em uma sociedade escravista e, em um período em que haviam movimentações intensas contra a escravidão. Na juventude, Nabuco fora também um dândi, trata-se de homens modernos, paqueradores que ousavam nas vestimentas e se portavam com graciosidade na fala, polidez e erudição. Destacamos esses fatos da vida de Nabuco, exatamente para elucidar que o sujeito não foi uma criatura sublime, senhor de todos os tempos, à frente daquilo que realmente viveu. Pelo contrário, Nabuco foi daqueles jovens do seu tempo, e como tal, muito interessado nas questões políticas e sociais do seu país e do exterior, principalmente, Europa e Estados Unidos, isto é, com as questões políticas do seu tempo que era um tempo de luta antiescravista.

II. No tempo e contexto da escravidão e da abolição

Como acompanhamos, foi no tempo da escravidão que viveu Joaquim Nabuco e o contexto histórico era de uma sociedade imperial que tinha como sustentáculo da economia agrícola, a escravidão. Um sistema que não era apenas eixo de toda economia brasileira, mas também infraestrutura e alicerce do sistema político e das elites, sobretudo ocupantes do Parlamento que naquele momento estavam interessadas na manutenção de suas propriedades. Em outras palavras, “disseminada, [a escravidão] esparramou-se pela vida social. Base do modo de vida, bom negócio em si e esteio de todos os rentáveis. Pilar da hierarquia social e do estilo de vida do estamento dominante, estava na corrente sanguínea nacional.” (ALONSO, 2015, p. 28-29). E, como fonte de renda, legitimava qualquer discurso em prol de sua manutenção. Afirma Alonso que, a escravidão estruturou um modo de vida, definiu identidades, possibilidades e destinos dos membros da sociedade imperial, por isso legitimidade implícita e naturalizada socialmente e que virou tema e problema na agenda parlamentar.

O Brasil foi o país que mais importou africanos durante o regime escravista. Em números: 5 848 265, cerca de 500 mil no segundo reinado seguido da Inglaterra, França e Espanha²⁰. Não se acreditava no fim da escravidão, os escravizados eram mercadorias de acesso da maior parte da população. Quando surgem as primeiras ideias antiescravistas, de pronto são confrontadas com a crença de que a escravidão terminaria em algum momento, meados do século XIX, os parlamentares viam-na como um sistema fadado ao fracasso, entretanto, enquanto isso não ocorria, a ideia era encontrar meios de prolongar sua existência.

Durante o Brasil imperial a conjuntura estava dada: “podia-se abrir fogo contra as tropas legais, sublevar os cidadãos, desencadear a guerra civil. Desde que um e outro campo guardassem “as mesmas convicções” básicas do consenso imperial: o respeito à ordem privada escravista.” (ALENCASTRO, 1997, p. 20) Naquela época, a escravidão era vista como “mal necessário”, apesar dos arquitetos da nação admitirem-na como um “câncer” para a construção de uma identidade nacional, o não declínio da expansão agrícola e da economia justificava seu caráter maléfico, e os discursos eram de cunho materialista, carregados de ambiguidades. Barbara Weinstein afirma que,

Durante os debates sobre a escravidão no parlamento brasileiro, um deputado declarou-se “escravocrata até os ossos” e sugeriu que “a escravidão deveria ser mantida por amor aos próprios escravos”. Entretanto, esse mesmo deputado também admitiu que “ninguém considera ser a escravidão uma instituição boa e virtuosa” No Brasil, ao contrário do Sul dos Estados Unidos, até mesmo os defensores mais vigorosos da escravidão raramente conseguem

²⁰ Esses dados podem ser encontrados em <www.slavevoyages.org>.

manifestar seu apoio à instituição em termos não ambíguos. (WEINSTEIN, 2008, p. 386)

As justificativas eram ambíguas, mas as intenções de defesa estavam diretamente ligadas à rentabilidade econômica e ao medo de não haver braços livres para substituir os escravos. Para José Murilo de Carvalho, a ideia que permanecia era, “usar o escravo até o final e ao mesmo tempo procurar alternativas” para o progresso da nação (CARVALHO, 2011, p. 318).

A lei do Ventre Livre foi a primeira legislação de cunho abolicionista no Brasil imperial, o texto determinava que os filhos de mulheres escravas nasceriam livres desde a data de instituição da lei, 28 de setembro de 1871. Após sua aprovação, “o governo brasileiro tratava de fazer acreditar ao mundo que a escravidão aqui não havia. Antes disso, a primeira oposição nacional

à escravidão [...] foi promovida não a favor do abolicionismo, mas tão somente contra o tráfico” (MEDEIROS, 2017, p. 13). Foi em 1850 que a lei de proibição do tráfico negreiro foi instituída²¹, porém na prática não funcionava como no texto, o tráfico de escravos foi considerado pirataria “os compradores de escravos (fazendeiros) seriam julgados pelo júri, como previsto na lei de 1831” alguns seriam presos, deportados e julgados pela Marinha²² (CARVALHO, 2011, p. 298). Mas ainda assim, é esse o período em que o preço de escravos dobrou em algumas regiões, só em 1851 haviam sido desembarcados cerca de 3.278 escravos, e a situação se estendeu até 1856, quando ocorreu a última tentativa de “desembarque clandestino de cerca de duzentos em Pernambuco custou ao chefe de governo novo aviso da Inglaterra. Então o tráfico acabou de vez.” (ALONSO, 2015, p. 28).

No mesmo ano, com a *Consolidação das Leis Civis*, não houve menção aos escravizados. A vergonha de ser o país que ainda mantinha fortemente o sistema escravista, defendia a postergação das leis que pediam o fim da escravidão e reproduzia discursos ambíguos com relação aos malefícios da escravidão, reflete ainda hoje uma sociedade que trata o racismo de forma tácita, o que acaba por dificultar o combate a segregação racial. Teixeira de Freitas, jurisconsulto autor das leis em 1855, dizia,

Esse mal é uma exceção que lamentamos, condenada a extinguir-se em época mais ou menos remota, façamos também uma exceção, um capítulo avulso na reforma das nossas Leis civis; [...] e as leis concernentes à escravidão (que não são muitas) serão pois classificadas à parte, e formarão nosso *Código negro*. (FREITAS, *apud* NABUCO, 2000, p. 89-90)

²¹ Sobre o fim do tráfico no Brasil, ver Leslie Bethell (1970); sobre a lei de 1850, ver Sidney Chalhoub (2012); sobre as dinâmicas sociais e econômicas da escravidão brasileira, ver Emília Viotti da Costa (1966), Fernando Henrique Cardoso (1977).

²² Sobre a lei de 1831 e todo o contexto de postergação da mesma, ver CHALHOUB 2012.

Ou seja, as leis que tratassem dos escravizados deveriam ser separadas como forma de não envergonhar a nação.

Joaquim Nabuco, quando propõe o fim da escravidão em *O Abolicionismo* (1883), menciona que, com a efetivação abolição, o Brasil se reconheceria como país “racista e escravocrata”, como forma de se redimir da imagem negativa que a América do Sul transmitia ao “mundo civilizado”. A Europa. Apesar disso, não se falou em reforma agrária, nem em reparação histórica e social, muito menos inclusão dos negro – vistos como sinônimo de escravo – na sociedade, exceto André Rebouças que foi um dos poucos a fazer propostas de inserção social e reforma agrária para pós abolição.

Assim como Nabuco, a maioria dos abolicionistas, principalmente pertencentes à elite – como mostra Célia Maria Marinho Azevedo 1988, em *Batismo da liberdade: os abolicionistas e o destino do negro* –, não se posicionavam decisivamente contra os interesses dos proprietários, frisavam ainda, que acabar com a escravidão não seria destruir o poder da propriedade privada. “As perspectivas dos abolicionistas acabavam por convergir para o sentido de preservação do poder e das riquezas da classe dominante” (AZEVEDO, 1988, p. 44), visto que, muitos eram filhos de grandes proprietários, conheciam desde cedo o poder de mando sobre os escravos, e partilhavam das regalias do estilo de vida instituído pelo sistema escravista. Raras foram as propostas que pensasse em favor dos escravizados ao fim da escravidão.

Nesse contexto, “não é exagero dizer que Nabuco, por ingenuidade ou covardia, fracassa. Não houve uma política de reparação da barbárie ética e social, que é a obra mais impecável do escravismo; não houve autocrítica, porque sequer o país escravocrata e racista se olhou no espelho.” (MEDEIROS, 2017, p. 14) A escravidão não foi sequer citada na Constituição de 1888, o que houve e atravessa de outras maneiras ainda nosso tempo, foram os discursos de escamoteação dos fatos “de que as sapatas do nosso chão são feitas de corpos negros mutilados” (MEDEIROS, 2017, p. 14). Talvez na crença de que, evitar falar e lembrar a imagem do passado escravista do país, fosse a solução para apagamento da brutalidade, desumanização e inferiorização de uma raça em favor da manutenção do poder e da propriedade de uns poucos (brancos).

III. Propaganda e movimento abolicionista

Nesse mesmo tempo, metade do século XIX, suscitam os protestos de proprietário de terras e senhores de engenhos que temiam perder seus patrimônios. O contexto era de discussões e movimentações a favor da abolição e Joaquim Nabuco, com seus vinte anos de

idade, estava ainda na formação acadêmica de advocacia quando inicia seus primeiros escritos sobre a instituição escravista. A obra, que tem por nome, *A Escravidão*, seu primeiro livro, data de 1870, trata-se de um texto histórico com uma série de dados sobre o funcionamento da escravidão e a quantidade de escravos existentes nas regiões do Brasil. Com intuito de denunciar a instituição escravista que, segundo o próprio Nabuco, era o crime e o câncer alojado nas várias camadas da sociedade brasileira.

Esboçado o quadro geral das afinidades de cada elo de nossa sociedade com a escravidão: *ela tudo corrompeu*, a começar pelo povo a que roubou as virtudes dos povos que trabalham: a diligência, a economia, a caridade, o patriotismo, o desprezo da morte, o amor da liberdade. Essa é a síntese. (NABUCO, 1988, p. 32-33)

Com essas palavras Nabuco demarca sua opinião sobre o regime escravocrata em voga. O texto foi publicado como ensaio pela primeira vez só em 1951 na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em comemoração ao centenário de nascimento do autor e, em formato de livro, teve a primeira publicação em 1988. Apesar de não ter sido publicado quando Nabuco o escreveu, o jovem autor foi alvo de muita polêmica na época, pois antes de escrever o texto havia defendido, como estudante de jurídica, o escravo Tomaz da qual falamos no primeiro capítulo deste trabalho, sujeito que havia assassinado seu senhor após ser violentamente açoitado. Foi esse o momento em que Nabuco tornou-se o centro das atenções dos escravistas aristocratas, amedrontados com a possibilidade de uma revolta escrava, não compreendiam como um jovem da aristocracia, filho de senador e neto de político conservador, poderia defender radicalmente um escravo acusado de assassinato.

É evidente, historicamente, em suas obras e discursos, que Nabuco defendia o fim da escravidão, e em um determinado período defendeu também a instituição de uma indenização aos sujeitos escravizados. O autor foi sim um político engajado no tema do abolicionismo, ao passo que, em várias instancias apresentou ao parlamento propostas de reformas para a sociedade e política brasileira, isso deve ser considerado para não cometermos o equívoco de esvaziar Joaquim Nabuco de história e de significados, demonizando suas escolhas e atitudes. Contudo, a tônica que ambienta nossa discussão é, pensar que Nabuco não foi o único nem o primeiro sujeito a ter lutado contra a escravidão, nem líder do movimento abolicionista e pugnador da abolição como se descreveu e ficou de fato conhecido por meio das várias releituras biográficas que reproduziram a representação que fez de si.

A luta contra a escravidão e todas as resistências foram de fato realizadas no cotidiano dos escravizados, nas ruas, e nos engenhos de todo o país, basta olharmos para as pesquisas historiográficas de reconstrução da história da escravidão no Brasil, que buscam enfatizar o

sujeito escravo como ser ativo na luta antiescravista²³. Em diálogo com Chimamanda Ngozi Adichie (2009), propomos a reflexão de que o motivo de figuras e, sobretudo as figuras masculinas da raça branca e heteronormativa, terem sido marcadas na história do Brasil como heróis, personagens com características divinas e, extremamente adiantados no tempo em que viveram, como seres únicos capazes de realizar feitos considerados ilustres pode estar, de maneira geral, baseado naquilo que foi contado como história única.

Desse modo, se refletirmos como nos alertou Chimamanda, para os perigos de se contar uma única história que determine o que vai ser mostrado e colocado como destaque e invisibiliza fatos, contextos e sujeitos participantes ativos de uma mesma trama veremos que, o fato de Nabuco ter fabricado sua própria imagem de um líder do movimento abolicionista e principal responsável pela causa, indica que houve uma preocupação do sujeito em deixar a história de sua vida contada de uma determinada maneira (linear) e não de outra. A autobiografia de Nabuco – *Minha Formação, 1900* – não foi uma obra escrita de maneira desinteressada, mas sim “uma escrita retrospectiva, produzida com finalidades políticas” (ALONSO, 2008, p. 13), e de construção de uma imagem ao mesmo tempo que de uma versão da história. O que nos faz pensar como a biografia de Nabuco pode ter ajudado na construção de uma história única sobre a abolição.

Consequentemente, é necessário rever a utilização da mesma como fonte única e primeira de informações da vida e obra do autor, pois corre-se o risco, como vimos no primeiro capítulo, de narrar a vida do sujeito explicando-o a partir de sua origem, a partir de si mesmo desconsiderando todo o tecido social de seu tempo.

O repertório de discursos sobre a abolição se desenrola no Brasil na metade do século XIX e, dentre as exigências, que agora colocava a escravidão como problema social, se apontavam três direções: cobrança do direito romano, progresso e sensibilidade dos escravizados, mistura que, segundo Alonso, vai definir a escravidão como condenável. A motivação abolicionista nos moldes da elite nasce dessa ideia de modernização que permeia a esfera social entre os séculos XVIII e XIX, a mesma que afrouxa as severidades do patriarcado que, com o processo de civilização, a violência passa de física para sutil e simbólica, e a retórica de humanização e compaixão legitima o discurso de preocupação com o sofrimento humano primado em uma consciência moral e ética. (ALONSO, 2008, p. 19). Aquele mesmo discurso do qual Nabuco se utiliza na autobiografia para dizer que percebeu o sofrimento humano e abriu mão da vida aristocrática para lutar em função da raça negra.

²³ Como exemplo, as várias pesquisas e Sidney Chalhoub e João José Reis.

A propaganda abolicionista toma forma em meados de 1879 e tais ideias foram desembarcadas “de vapores [...] vinham na cabeça dos que iam ao estrangeiro” (ALONSO, 2011, p. 16), como Nabuco, aqueles que tinham o privilégio de viajar para o exterior e apresentar no Brasil as discussões – por meio de discursos ou panfletos – que lá eram debatidas sobre o fim da escravidão. As motivações artísticas da mesma época também são tomadas pelo tema da escravidão, desde poemas, charges e pinturas que romantizavam o abolicionismo brasileiro. Luiz Gama e Castro Alves foram os poetas e abolicionistas que ficaram mais conhecidos nessa esfera por escreverem poemas que dramatizavam a tragédia da escravidão.

Mais do que descrever de maneira cronológica e factual os acontecimentos que envolveram todo o processo de abolição no Brasil, importa-nos trazer os fatos como pano de fundo para contextualizá-los junto ao sujeito de nossa pesquisa. Na autobiografia, Nabuco narra o início do movimento abolicionista datado de 1879, mesmo ano em que ocupou o cargo de deputado no Parlamento. Dessa maneira, o autor direciona a leitura, alinha sua vida aos acontecimentos que envolveram a abolição, posiciona a si mesmo como iniciador da mobilização abolicionista, e invisibiliza as primeiras mobilizações ativistas pela abolição, afixando suas próprias ações em primeiro plano, e a si como figura central e protagonista.

Porém, vale destacar que Joaquim Nabuco não foi o iniciador do movimento pela abolição, como mostra Alonso em sua pesquisa *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)* publicada em 2015. A autora afirma, por meio de uma série de dados e documentos que, duas décadas antes de Nabuco adentrar no Parlamento, sujeitos como Luiz Gama e, sobretudo André Rebouças – de quem falaremos mais adiante – já vinham falando sobre isso. A saber são esses sujeitos negros que, posteriormente, fizeram parte do mesmo movimento abolicionista que Joaquim Nabuco e não ficaram conhecidos na história como exemplares ou responsáveis pela libertação da raça negra.

Na lista de associações abolicionistas brasileiras organizada por Alonso (2015), vemos que a primeira sociedade criada contra escravidão data de 1850 na Bahia, e tem por nome, *Sociedade Philantropica Estabelecida na Capital da Bahia em benefício dos Brasileiros que Tiveram a Infelicidade de Nascer Escravos*²⁴. Havia movimentações e associações antiescravistas muito antes de Nabuco adentrar como deputado no Parlamento (1879), pois, em meados de 1850 surgem diversas outras e em todas as regiões do país. A *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão - SBCE* é criada por Joaquim Nabuco apenas em 1880 no auge da propaganda abolicionista, um mês depois de José do Patrocínio – abolicionista negro – criar a

²⁴ A lista completa de Associações abolicionistas brasileiras (1850-88) pode ser encontrada nos anexos da pesquisa de doutorado de livre docência de Alonso, 2015 nas páginas 435 a 446.

ACE - Associação Central Emancipadora da qual Nabuco não quis ingressar devido à relação de competitividade política que havia entre os dois. Assim, Nabuco convida André Rebouças para ser seu sócio na *SBCE*, aquele que “a década toda apagaria as faíscas do choque entre as duas vaidades” de Patrocínio e Nabuco. (ALONSO, 2015, p. 162)

IV. André Rebouças e o “prejuízo da cor”

André Pinto Rebouças foi também um abolicionista brasileiro da mesma época que Joaquim Nabuco. Nascido em 1838 no recôncavo baiano em Cachoeira, neto de Rita Brasília do Santos, africana forra, filho de Antônio Pereira Rebouças deputado, advogado autodidata que, por concessão, adquiriu o direito de advogar, apenas pelos serviços políticos prestados ao Conselho de Estado. André Rebouças foi formado pela Escola Central, na profissão de engenheiro, segunda melhor carreira do Império. Durante a faculdade teve o privilégio, como pedia a formalidade das instituições de ensino da elite, de viajar para a Europa. Rebouças morou em Paris, Londres, Marselha e retornou ao Brasil onde se estabeleceu como engenheiro civil, seguindo os caminhos do pai criou laços com os chefes do Partido Liberal e foi condecorado pelo imperador.

Rebouças, “engenheiro e professor da Escola Politécnica” (CARVALHO, 2017, p. 7), era sistemático, metucioso e empregava a trigonometria a tudo que planejava fazer, foi também inspetor da companhia de gás e gerente de obras da alfândega onde obtinha salário considerável. “Aos 28 anos, tinha bolso cheio”, transitava em eventos políticos e salões de dança da elite, onde aproveitava para se entrosar entre os homens de políticas e negócios. Segundo Alonso, os abolicionistas negros, principalmente, os de fora da elite imperial, (ex. Luís Gama) vivenciaram a estigmatização pela cor. “Rebouças, tão integrado na elite social e nos conchavos políticos do Segundo Reinado, teve trajetória mais complexa.” (ALONSO, 2015, p. 25).

Ao contrário de José do Patrocínio, Rebouças alcançou alta posição social, o que por várias situações fez “passar batido” sua cor, isso no Brasil. Ademais, em seus diários íntimos, Rebouças não fazia nenhuma referência a própria pele, algo que mudou após a viagem para os Estados Unidos. Como conta em seu diário, “o prejuízo da cor impediu-me de assistir ao espetáculo no ‘Gran Opera House’”. Foi-lhe negado quartos de vários hotéis em Nova York,

Ao fim, por intermédio do consulado brasileiro, obteve lugar no Washington Hotel com a condição de comer no quarto e nunca aparecer no restaurante. Era “um quatinho muito sujo no terceiro andar [...]. Fui pela manhã obrigado a tomar banho em uma barbearia” [...] Em 16 de junho dormiu com fome, tal o veto dos restaurantes. (ALONSO, 2015, p.111. Grifo nosso)

Assim, Rebouças se deu conta do racismo que sofriam os escravizados. Contudo, dois anos antes da viagem havia ele libertado todos os últimos escravos de sua casa²⁵.

Em comum com Joaquim Nabuco, Rebouças teve apenas o autoexílio na Europa, o qual em um determinado momento da vida também realizou, bem como a descendência social aristocrática. Ademais, a cor da pele, o racismo que sofria, e as ideias radicais antiescravistas, eram entre eles, dissemelhantes. Ao contrário de Nabuco, Rebouças era partidário da abolição imediata da escravidão sem indenização para os proprietários, o que deixa explícito em um texto contendo cinquenta páginas intitulado *Confederação abolicionista – abolição imediata e sem indenização* datado de 1883. De acordo com Claudio Medeiros, no panfleto de Rebouças constam ideias de abolição jurídica do escravagismo, da exploração do homem pelo homem e da ligação racial do negro ao trabalho escravo, ou seja, “da racialização da servidão” (MEDEIROS, 2017, p. 12).

No mesmo ano em que Rebouças escreve o texto mencionado, de outro lado Joaquim Nabuco em seu autoexílio londrino, escreve *O Abolicionismo* livro que de pronto foi publicado ainda em 1883. Guardadas as devidas proporções, e considerando as diferenças expostas e existentes entre os dois abolicionistas, o texto de Nabuco teve maior repercussão que o de Rebouças, *O Abolicionismo* como já vimos, foi daquelas obras reeditadas muitas vezes e que é considerada clássica e patrimônio nacional.

De acordo com Izabel Andrade Marson, as obras de Nabuco passam a ser mais valorizadas após de 1930, quando Gilberto Freyre começa a organizar a Fundação Joaquim Nabuco, e é quem dá importância à preservação e disseminação dos escritos do autor e sua trajetória. No livro *O Abolicionismo (1883)* Nabuco faz uma interpretação da sociedade brasileira estruturada, primeiro no feudalismo depois na escravidão, a obra vai ser revisada por outros historiadores e estudiosos e foi muito utilizada como orientação para os clássicos da historiografia brasileira. Segundo Marson (1999), dentre os historiadores estão Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Emília Viotti da Costa.

O sucesso de *O Abolicionismo*, no período em que foi publicado, muito se vale porque “é um livro dirigido à classe política, aos livres, à má fé dos escravocratas” (MEDEIROS, 2017, p. 12). Como diz o próprio Nabuco, é um livro de “propaganda abolicionista dirigida contra instituição e não contra pessoas. Não atacamos os proprietários como indivíduos, atacamos o domínio que exercem e o estado de *atraso* em que a instituição que representam mantém o país todo” (NABUCO, 2000, p. 20 grifo nosso). Com suas palavras, vemos que Nabuco mantém um

²⁵ As informações biográficas de Rebouças foram retiradas de, Maria Alice Rezende de Carvalho (1998 e 2017); Angela Alonso (2015); Claudio Medeiros (2017); Anita Maria Pequeno Soares (2017).

discurso moderado. Pouco antes dessa frase Nabuco deixa exposto em sua escrita, “A propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos. Seria uma covardia, inepta e criminosa, e, além disso, um suicídio político para o partido abolicionista, incitar a insurreição, ou ao crime, homens sem defesa.” (NABUCO, 2000, p. 17). Esses homens sem defesa a que se refere são os escravizados, que para Nabuco não poderiam ser provocados a realizar uma revolução “quando [nem] trezentos anos de escravidão não o conseguiram? (NABUCO, 2000, p. 20).

Por mais que Nabuco e Rebouças trabalhassem pela mesma causa, tanto Angela Alonso (2015), como Claudio Medeiros (2017), indicam a nítida divergência de pensamento entre um e outro. Enquanto Nabuco, de início, falava em abolição com indenização dos proprietários, colonato e não reparação de terras, André Rebouças defendia abolição imediata, sem indenização e reforma agrária como reparação dos danos e prejuízos à nação e aos escravizados. Para Nabuco, o fim da escravidão deveria ocorrer pelas vias da lei sem necessidade de radicalização, por suposto, não é um desvendar de mistérios que ele temia também um levante escravo, e por vezes se referiu aos cativos como seres inferiores. Contudo, cabe destacar que esse ponto do pensamento de Nabuco foi esquecido pelos biógrafos preocupados em heroizar e monumentalizar o Nabuco abolicionista.

Outro ponto de divergência entre Rebouças, Nabuco e também Patrocínio, do qual falaremos adiante, era que, o primeiro e o último tiveram relações mais próximas com a população escrava, no auge da campanha pela abolição e, contribuía e apoiavam fugas de escravizados. A exemplo, José do Patrocínio e outros companheiros criaram o *Clube do Cupim*, onde, em atividades secretas, auxiliavam nas fugas. De acordo com Alonso (2015), tratava-se de fugas orientadas em que, por meio de embarcações ou trens, os escravizados eram enviados para as províncias que tinham presença abolicionista forte, sobretudo para ao Ceará, primeira província a abolir a escravidão²⁶. Por outro lado, Joaquim Nabuco a única relação que manteve com os cativos foi a de patrão. Ainda segundo a autora, Nabuco foi desses abolicionistas que teve escravos até o fim da escravidão e “que prezou a vida toda as hierarquias sociais” (ALONSO, 2008, p.10).

Voltando ao texto (panfleto) de Rebouças de 1883, tratava-se de um projeto de “Democracia Rural Brasileira”, pois para o autor devia-se fazer a reparação principalmente pelas vias territoriais, afinal a exploração e monopólio da terra estava diretamente vinculada ao trabalho escravo. O panfleto foi destinado, com suas palavras, aos “mais sanhudos

²⁶ Sobre as inúmeras estratégias de fugas e a rede criada pelos abolicionistas para beneficiar os escravizados ver ALONSO, Angela. *A marcha da Vitória*, último capítulo do livro Flores, Votos e Balas, 2015.

escravocratas” que apesar de assumirem a escravidão como um “*cancro*”; “*gangrena nacional*”, os mesmos “continuam a arrancar escravos aos júris para ir matá-los á surra, quando não os deixam morrer de fome e de sede sobre formigueiros, ou os queimam nas fornalhas de açúcar...” (REBOUÇAS, 1883, p. 1-5). Rebouças foi dos poucos, se não o único que propôs reparação de terras. Dizia ele quanto ao regime escravocrata que era preciso “extingui-lo, eliminá-lo, destruí-lo totalmente pela Abolição imediata, instantânea, e sem indenização de espécie alguma (REBOUÇAS, A. 1883, p. 17).

Com essa premissa, salienta Maria Rezende de Carvalho (1998), André Rebouças escreve não somente um manifesto e um texto histórico sobre a estrutura escravista, como nos convida a refletir sobre o pensamento brasileiro nas últimas décadas do século XIX. Rebouças foi o menos lido entre os abolicionistas mais conhecidos, entre a tríade (André Rebouças, Joaquim Nabuco e Visconde de Taunay) de que trata Maria Carvalho em sua pesquisa. Rebouças foi,

De certa forma, o menos influente nas correntes do pensamento brasileiro subseqüentes. A obra literária de Taunay, em particular os clássicos *A retirada da Laguna e Inocência*, é das mais lidas e comentadas da literatura brasileira, [...] *O abolicionismo* e *Um estadista do Império* [...] de Joaquim Nabuco, desfrutam a curiosa peculiaridade de serem obras fundantes, respectivamente, da historiografia crítica e da historiografia conservadora no Brasil. (COSTA, 1999, p. 173. Grifo nosso)

Ao lermos o panfleto, observamos que para ele, o abolicionismo sem nenhuma indenização, seria um meio de transformação da consciência moral, e reparação de uma dívida desmedida para com a raça negra. Contudo, sobre seu legado, a maior parte de suas obras – pois esse panfleto não foi o único – “permanece não publicada, estando confiada aos seus *Diários íntimos* e à sua extensa correspondência, ou foi divulgada em revistas dedicadas a temas técnicos de engenharia e agricultura, hoje de difícil acesso.” (COSTA, 1999, p. 173. Grifo no original). Assim, observa-se que, em um mesmo movimento – abolicionista – havia mais de uma corrente de pensamento, e vimos as divergências de proposições antiescravistas de Rebouças e Nabuco. Fica a questão: porque a figura de Rebouças, abolicionista do mesmo tempo que o autor de *Minha Formação*, não foi heroicizada nem destacada na história do Brasil como ilustre, excepcional?

Para além de responder à questão exposta, visamos refletir, desde o início do trabalho, sobre as maneiras de construção da imagem de sujeitos históricos, sobretudo através da escrita. Assim como Nabuco, Rebouças também pertencia à aristocracia social, podemos identificar – de igual veremos com Patrocínio – que a cor da pele se fez marca de distinção estigmatizadora e as atribuições a memória de herói “mistagogo”; “homem de todos os tempos”; “libertador da

raça negra”, ficou por vezes, e ainda ficam, relegadas aos que, assim como Nabuco, não pertenciam a raça dos escravizados.

V. José do Patrocínio, o romancista radical e abolicionista de praça pública

José do Patrocínio foi literato, jornalista, caixeiro e, entre Rebouças e Nabuco, foi o abolicionista mais radical. Fruto de um relacionamento entre mãe negra e pai branco, Justina do Espírito Santo e João Carlos Monteiro, ela era uma liberta quitandeira e João Monteiro um vigário de cinquenta e quatro anos que foi também senhor da própria Justina. Quando veio ao mundo, em 1854, Patrocínio herdou do pai o primeiro nome, enquanto que o segundo veio por parte da mãe inspirada no santo patronímico do dia.

Diferente de Rebouças e Joaquim Nabuco, Patrocínio não fora herdeiro de fortuna alguma, nem membro da aristocracia e teve de obter sozinho seu sustento. Na infância “algum estudo, um pouco de política – o vigário [seu pai] foi deputado provincial e escrevia na imprensa – e muita traquinagem” (ALONSO, 2015, p.113). Na juventude, amante da literatura e das artes, escreveu dois romances e uma coletânea dos artigos que publicava nos jornais da época. O primeiro, – *Motta Coqueiro ou a pena de morte* – escrito em 1877, de início publicado em “folhetim, no Gazeta de Notícias, um dos principais jornais, foi romance de sucesso, tanto que ganhou uma versão em livro” na mesma época (SOUZA, 2013, p. 5). O segundo – *Pedro Espanhol: romance original* – de 1884 permaneceu no esquecimento e só ganhou reedição em 2013, depois de 130 anos.

Afirma Marcos Teixeira Souza que, o abolicionista se utilizava do discurso literário para atacar “uma elite branca e detentora de latifúndios, contra uma população negra, reduzida a trabalhos forçados”, como podemos ver, na voz da personagem fictícia Balbina, Patrocínio não hesitava nas palavras:

- Hum, hum, *os brancos?* A negra criou o menino; era a mãe preta, e *eles não deram nem um canto da casa grande para ela morar*. Tomaram o menino das mãos da negra e meteram nelas a enxada. Depois o chicote fez feridas nas costas da feiticeira, e o menino nem olha mais para ela. A ririo[sic] machucada morde, a escrava desprezada mata. (PATROCÍNIO *apud* SOUZA, 2013, p.7. Grifo nosso)

Ainda segundo o Autor o abolicionista dá veemência a fala de Balbina contra a escravidão em todo o livro.

A legitimação social, segundo Alonso, vem através do casamento com uma jovem branca que não era da aristocracia, mas tinha um dote considerável. Patrocínio “consumiu cada tostão” para reorganizar *A Gazeta da Tarde*, “o maior e melhor de todos os jornais abolicionistas”

(ALONSO, 2015, p. 129) onde também veiculava seus discursos em defesa da abolição da escravidão. Patrocínio se une à Rebouças em 1879, se conhecerem na rua do Ouvidor²⁷ e, apesar das personalidades destoantes e a diferença de classe social, tornaram-se muito amigos,

Zé do pato²⁸ espalhafatoso; André, cerimonioso. [...] Um de discursos; o outro, de obras. Complementares, viraram até compadres: Rebouças, sem prole, apadrinhou José do Patrocínio Filho. Amizade duradoura, e é difícil imaginar o abolicionismo sem ela. (ALONSO, 2015, p. 122)

Com Joaquim Nabuco, Patrocínio não tinha nada em comum, a não ser a defesa da abolição, mas também, em termos diferenciados, do contrário não tinham uma relação tão próxima, mesmo posteriormente quando fizeram parte do mesmo movimento abolicionista. Por assim dizer, os dois alimentavam competição política, Nabuco, para não entrar na mesma Associação que Patrocínio, fundou uma e convidou Rebouças para sócio, como antes mencionado. Ao contrário de Nabuco, Patrocínio se movimentava mais pelas ruas, próximo à população e aos escravizados, mantinha relações com artistas, escritores e jornalistas. A retórica antiescravista de Zé do Pato era direcionada aos maus-tratos a escravizados, contra o Estado e a Religião, e assim como Rebouças, propunha a abolição da escravidão sem indenização nenhuma aos proprietários.

Seus discursos, junto a população, eram acalorados, dramáticos, um tanto “espalhafatoso”, falava em defesa dos escravizados de forma agitada e emocionante, foi muitas vezes acusado pelos fazendeiros de “pregar a insurreição” (SILVA, 2006, p.128). O público vibrava, respondia com palmas, flores “dizia-se que era impossível ouvi-lo sem verter lágrimas.” (ALONSO, 2015, p. 136). Era ele o abolicionista de ativismo popular e, ao lado de Rebouças, escreve *O Manifesto* em 1883, – mesmo ano em que Nabuco foge para Londres após perder as eleições – o texto é uma síntese das ideias do movimento, inicialmente nomeado por Patrocínio de *Centro Abolicionista*.

Significativamente desigual do *O Abolicionismo* de Nabuco, livro denso, analítico, direcionado às instituições políticas e com propostas moderadas, escrito na comodidade de uma biblioteca de Londres. *O Manifesto*, redigido por Rebouças e Patrocínio no Brasil, “no corpo a corpo do ativismo” popular (ALONSO, 2015, p. 204) foi direcionado à classe dominante, aos escravocratas, ao Estado e a Religião, com reivindicação da abolição imediata em sem indenização. Segundo consta na biografia de Joaquim Nabuco escrita por Alonso, *O*

²⁷ Uma das ruas mais antigas do Rio de Janeiro, muito citada por Machado de Assis, e até mesmo Joaquim Nabuco. No século XIX foi o principal ponto de consumo e de encontro da sociedade, principalmente de políticos e jornalistas.

²⁸ Um dos apelidos utilizado por Patrocínio assinar seus artigos, assim como, Zéca e Prudhomme.

Abolicionismo, foi a obra que Nabuco utilizou para afirmar sua liderança no movimento, e segurar sua imagem como político da causa, aquele que havia se exilado na Europa e depois retornaria para se candidatar a deputado.

O livro *O Abolicionismo (1883)* não é nosso foco de pesquisa, entretanto, vale ressaltar a presença de uma narrativa ambígua em que, ao mesmo tempo que Nabuco mostra a instituição escrava como um mal, um “câncer” que corroía – não os braços e a vida dos escravizados – mas o desenvolvimento do país e a construção da identidade nacional, coloca-se em defesa desses sujeitos, mas também assume a inferioridade racial daqueles que, com suas palavras, “adormecida [a consciência], o *coração resignado*, a *esperança morta*: podem beijar com reconhecimento os ferros que lhes apertam os pulsos; exaltar-se, na sua triste e tocante degradação...” (NABUCO, 2000, p. 20, grifos nosso).

O Manifesto de Rebouças e Patrocínio foi amplamente divulgado na época, passou pelas autoridades, jornais e associações abolicionistas como texto representante do *Centro Abolicionista* de Patrocínio. Distribuído em texto resumido nas províncias da Corte, e no auge da propaganda abolicionista, foi o que alterou a lógica do movimento para uma propaganda de massa. Chegou a competir com literaturas de renome, “Valeu-se dos tipógrafos membros e fez girar, só na Corte, 18 mil cópias do Manifesto. Desforra do abolicionismo contra Alencar: *O guarani*, seu maior sucesso, teve tiragem inicial de mil.” (ALONSO, 2015 p. 207).

À vista disso, podemos observar que Rebouças, Patrocínio e Nabuco foram sujeitos de um mesmo tempo histórico, fizeram parte de um mesmo movimento, e, consideradas as diferenças, reivindicaram a abolição da escravidão se posicionando como figuras abolicionistas. Mas dois deles não ficaram conhecidos historicamente como sujeitos excepcionais e protagonistas da libertação escrava. Independente da inserção e movimentação social de um e de outro, escreveram obras e organizaram compilados com seus discursos e artigos também no mesmo período e no mesmo contexto social. Parece evidente que a cor da pele e a posição social foram marcas de distinção que sustentaram o esquecimento de Rebouças e Patrocínio como importantes abolicionistas ao longo da história, ou demarcou lugar específico na memória do Brasil.

Como demonstra Symour Drescher, “o abolicionismo brasileiro desenvolveu, tanto pela ausência do sufrágio das massas quanto por sua hostilidade racista institucionalizada, uma resistência à participação de pessoas não brancas na esfera pública.” (2015, p. 46). Contudo, de um ponto de vista comparativo, sem nos posicionarmos como especialistas, e, a partir de toda argumentação histórica exposta, cabe dizer que Joaquim Nabuco não estava realizando feitos “ilustres” sozinho, muito menos “à frente do seu tempo”, além dele haviam outros sujeitos,

foram publicados outros livros, foram realizados outros discursos em defesa dos escravizados, outras figuras abolicionistas também foram ouvidas, vistas e aplaudidas. Rebouças e Patrocínio foram sujeitos do seu tempo inseridos e atentos, assim como Nabuco, nas questões políticas do tempo em que viveram, duas figuras, por vezes não mencionadas quando se trata da abolição, mas que muito antes de Nabuco nomear a si mesmo como iniciador do movimento abolicionista, fundaram associações e se posicionaram contra escravidão em vários espaços sociais.

VI. A tríade e a propaganda abolicionista

Como vimos anteriormente, o auge da propaganda abolicionista ocorre a partir de 1879, haviam movimentações anteriores, inclusive com Rebouças e Patrocínio, mas as movimentações envolvendo a tríade Rebouças Patrocínio e Nabuco – que nos interessa – datam desse período. Mesma época em que Patrocínio estreia na direção do jornal *Gazeta da Tarde*, e Joaquim Nabuco como deputado no Parlamento.

Na autobiografia, Joaquim Nabuco data o ano em que foi eleito como início de toda mobilização abolicionista no Brasil e deixa exposto sua disputa do legado da abolição com José do Patrocínio: “o movimento começou na Câmara em 1879, e não, como se tem dito, na *Gazeta da Tarde*, de Ferreira de Meneses, que é de 1880, nem na *Gazeta de Notícias*, onde então Jose do Patrocínio, escrevendo a ‘Semana Política’, não fazia senão nos apoiar” (NABUCO, 1900, p. 136). Com essa narrativa, Nabuco projeta para si toda a responsabilidade de iniciar o movimento abolicionista no Parlamento, o que também acaba por negligenciar os outros sujeitos, como por exemplo o republicano Luiz Gama, os próprios escravizados e as pessoas atuantes da sociedade.

Qual o problema dessa narrativa? Para Alonso é que a versão de Nabuco virou guia para várias interpretações posteriores²⁹, e posiciona o marco desse momento histórico apenas em sua militância. As releituras tradicionais, por exemplo, e principalmente as biográficas, utilizaram-se das informações do próprio Nabuco para fazer referência ao movimento abolicionista, o que contribui para o apagamento de sujeitos que, no mesmo tempo que o autor, lutaram e resistiram contra a escravidão cotidianamente, a saber, os escravizados. Convém ressaltar, posteriormente houveram correntes de estudos que reconstruíram a ação dos escravos e seus dilemas frente as violências e injustiças do sistema escravocrata, até mesmo no judiciário, em rebeliões, em

²⁹ A autora aponta como exemplo Oliveira Vianna (1925).

conflitos com proprietários e com a polícia, corrente que enfatizaram o olhar dos subalternos e principalmente, os escravizados sua história cultural, costumes e crenças³⁰.

Como nos mostra Drescher (2015), a propaganda fora do Parlamento acontecia por meio de reuniões no espaço público, em teatros do Rio de Janeiro, locais utilizados para atrair a população e passar a mensagem contra o regime escravista. Consideravam o espaço atraente para o investimento em ações artísticas do tipo “conferências emancipadoras”, nome dado por Rebouças. Esse mesmo era quem organizava as conferências, as doações, os gastos, os convites e a publicação dos eventos no jornal. Entre os convidados, Rebouças trazia aristocratas com quem tinha relações e membros de associações a favor da abolição, enquanto o convite aos artistas ficava por conta de Patrocínio. De público haviam também as mulheres que iam como acompanhantes de seus maridos, pai ou irmão que fossem abolicionistas ou simpatizantes da causa, aquelas pertencentes a aristocracia, eram fiéis em suas doações como forma de filantropia, mas apesar de serem convidadas, todas as mulheres tinham o direito de voto vedado.

Nesse mesmo contexto, se espalha a criação de clubes a favor da abolição, e de alfabetização de escravos e libertos. É dessa feita, como observa Alonso, que nasce o *Clube José do Patrocínio* que tinha como liderança sua esposa, Bibi. Entre outros nasceram, *Escola Noturna Gratuita*, *Club Abolicionista Gutemberg* e *Club dos Libertos de Niterói*. Os professores eram abolicionistas e o “escravos [entravam] analfabetos e saíam livres e ativistas” (ALONSO, 2012, p. 117). O formato de propaganda em “conferência-concerto” foi uma peculiaridade do abolicionismo brasileiro e conferiu grande visualização para o movimento. Os teatros, com espaço para cerca de duas mil pessoas estavam sempre lotados, “misturavam tradições do teatro, carnaval, exposição de decorações, flores e a recém-introduzida iluminação” (DRESCHER, 2015, p. 47), com um misto de espetáculo e comício. A fala dos conferencistas, que ficavam regelados à Rebouças e Patrocínio, era antecedida pela abertura de cortinas e músicas de concerto. Antes do espetáculo, Patrocínio posicionava suas filhas e irmãs vestidas de branco para petição de donativos usados para comprar as cartas de alforria.

Durante as conferências, alguns escravos eram chamados ao palco para receber sua alforria. Patrocínio se encarregava dos poemas e da encenação dramática para anunciar um escravo como liberto, a entrega acontecia por sorteio, em clima de espetáculo e a plateia atirava flores ao palco, “assim a camélia se converteu no símbolo do movimento.” (ALONSO, 2012, p. 110). Fora do Teatro a propaganda acontecia por meio da publicação de charges e folhetins nos jornais, o intuito do movimento era atingir a todas as camadas sociais, e a charge chegava

³⁰ A exemplo de tais pesquisas, Chalhoub, 1990; Machado, 1994, Azevedo, 1999, 2010; Reis, 2003.

aqueles que não iam até as conferências. A retórica da propaganda era focada em apresentar os horrores da escravidão e sua imoralidade para sensibilizar o público urbano, aqueles a qual Joaquim Nabuco (1949) se referiu dizendo que, a *Revista Ilustrada* do jornal era “a “bíblia” abolicionista dos iletrados”.³¹

A aparição de Joaquim Nabuco durante as propagandas do movimento acontecia pelas vias da Câmara, e mais voltada a defesa do progresso e civilização da nação. Para sensibilizar os contra abolicionistas, Nabuco se apoiava em exposição de acontecimentos específicos das fazendas, crueldades extraordinárias, como forma de dramatizar e demonstrar as atrocidades da escravidão e legitimar o discurso de que um sistema atroz não teria espaço em uma nação civilizada. A exemplo, segundo Jeffrey D. Needell, no caso mais crítico de Nabuco, em 1886, alguns escravos foram punidos à açoites acusados de matar seu capataz. Nessa punição, um oficial obrigava o condenado a abaixar as calças e açoitava suas nádegas com um total de duzentos açoites durante dias, sob supervisão médica, morreram quando levados de volta ao seu senhor,

Nabuco noticiou o fato em *O Paíz*, e seu amigo e aliado, Dantas, prontamente usou o artigo no Senado para condenar novamente a escravidão, para acusar o gabinete de participação em barbarismos e para sugerir que as mortes eram de responsabilidade do governo. (NEEDELL, 2013, p. 303)

Foram nesses termos o ativismo de Nabuco, o trato com o abolicionismo das ruas lhe serviu para se fazer ouvir também no Parlamento, assim como também nas relações que sustentava com os abolicionistas britânicos. Estabelece alianças com as redes abolicionistas transnacionais que permitiram a construção de respaldo político internacional para o movimento brasileiro. Dentre os países estão, Inglaterra, Estados Unidos, Cuba, França³².

Nabuco se espelhava em Wilbeforce, líder do movimento abolicionista inglês que trabalhava em projetos, discursos e coalizões para conseguir apoio na proposição de uma lei abolicionista. Assim, “Nabuco precisava se diferenciar de Rebouças, Gama e Patrocínio, cuja referência era Frederick Douglass, negro como eles, self-made man, ex-escravo que fizera campanha no espaço público, em conferências e na imprensa” estadunidense (ALONSO, 2015, p. 160). Por mais que Rebouças e Nabuco partilhassem as condições de Liberais e de

³¹ Sobre mais detalhes das conferências realizadas nos teatros, e outros sujeitos abolicionistas envolvidos, encontra-se maiores informações no vasto trabalho de Angela Alonso e principalmente na obra *Flores, Votos e Balas* (2015), em que a autora apresenta os dados com base nas edições do jornal *Gazeta da Tarde*, sob o comando de José do Patrocínio, Cidade do Rio, e excertos inéditos do diário de André Rebouças, em que relatou a relação com Patrocínio, Nabuco e as suas realizações no movimento.

³² Sobre a relação de Nabuco com os abolicionistas britânicos ver, BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. (2008) e BETHELL, Leslie (2010).

aristocratas, o espaço da Câmara ficava para os que tinham a brancura aceitável para discursar. Aponta Alonso que entre esses dois havia uma amizade, até porque Rebouças tornava-se amigo de todos seus aliados, ao contrário de Patrocínio que não seria próximo de Nabuco. De outro modo, “um nunca seria segundo do outro,” (ALONSO, 2015, p. 162) competiriam na política, nos jornais e alianças sociais. Tinham em comum os discursos acalorados, um nas ruas, outro no Parlamento, no entanto, a assumida moderação de Nabuco,” impediu-lhes a identificação com as alas mais radicais” do movimento abolicionista (GOMES, 2009, p. 116).

Em paralelo, as movimentações abolicionistas aumentam as fugas de escravos e a apresentação de insurgentes às autoridades locais que, eram acentuadamente mostradas pela imprensa e pelo sistema político e judicial. Assim “durante a fase final da escravatura, a fuga coletiva das fazendas tornou-se a ordem do dia” (DRESCHER, 2015, p. 49), e alguns abolicionistas intensificaram e radicalizaram suas táticas contra o regime. Entretanto, cabe ressaltar que os abolicionistas não atraíam toda a população livre, muitos não se posicionavam por medo de terem sua liberdade e alforria comprometida.

Sendo assim, é importante destacar, por meio de nossas considerações, que é urgente, quando se trata de estudar a historiografia do movimento abolicionista, incluir e evidenciar também outros sujeitos presentes além de Joaquim Nabuco. Por mais que houvessem diferenças, e buscamos considerar a singularidade de cada um, eles fizeram parte de um mesmo movimento, e como aborda Alonso, se haviam discordâncias elas eram políticas e discursivas, não é esse um motivo para negligenciar a história desses sujeitos envolvidos e ativos no processo de abolição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano em que nasceu Joaquim Nabuco, o Brasil era um país tomado pela estrutura escravista. A economia toda baseada na mão de obra escrava, o governo monárquico e a elite dominante branca, comandavam a produção de engenho de várias regiões do país. Um menino da aristocracia nascido de família já inserida na política, como apresentado ao longo de nossa pesquisa, com menos de dez anos já tinha seu próprio escravo e foi educado com todas as regalias e atenções daqueles que o cercavam. O olhar que impelimos para a trajetória de Nabuco é na perspectiva de compreender como o nome do sujeito tinha peso para ele mesmo e, que buscou por toda sua vida manter-se em uma posição social de status elevado transmitido de uma geração a outra. Dessa maneira, e como forma demarcar seu lugar na história, narrou a si mesmo como sujeito rijo, centrado, de uma vida alinhada, ordenada e controlada pelas suas escolhas. Construção feita de forma linear, com início meio e fim, sem as considerações do movimento histórico e social que lhe atravessaram.

Por meio dessa observação tencionamos enfatizar que, o fato de Nabuco ter convivido com escravos quando criança, só foi possível exatamente por nascer onde nasceu e no período histórico em que nasceu onde havia escravidão em toda esfera da sociedade brasileira. Sendo assim, a utilização da explicação de ter se tornado abolicionista através da origem, e sobretudo usar o episódio de *Massangana*, em que aos oito anos de idade um escravo ajoelha-se aos seus pés para suplicar-lhe patronato, apresenta, como realçou também Alonso, uma atitude nitidamente oportunista e proveitosa para explicar e posicionar o episódio como causa da “escolha” em defender os escravizados posteriormente. Com essa arquitetura narrativa, o autor conta sua vida “dando-lhe projeção para trás, num passado distante, como forma de legitimar organizações tão recentes”, (GUIMARÃES, 2008, p. 21) e assim, predestina-se às tarefas que realizou em seu tempo.

O pai de Joaquim Nabuco era senhor de engenho³³, a madrinha que o criou quando criança, era dona do engenho de Massangana. Haveria alguma chance de Nabuco não ter convivido com escravos? No entanto, lidamos com fatos históricos e sociais que possam nos dizer o tempo do sujeito, e sua trajetória, sem uma explicação que parta somente dele mesmo. Com isso, e a partir de sua própria narrativa e das biografias elencadas em nossa pesquisa, podemos refletir: qual escravidão Nabuco condenava? A escravidão cruel que açoitava os escravizados? A escravidão que impedia o progresso, desenvolvimento e construção de uma nação civilizada? A escravidão que, segundo ele, degradava a relação entre senhor e escravo,

³³ Sobre o pai de Joaquim Nabuco, ver Leslie Bethell (2010).

Estado e Religião? Ou a escravidão generosa da qual ele diz ter sentido saudade após a abolição?

Com suas palavras:

A escravidão para mim cabe toda em um quadro inesquecível da infância [...] que decidi, estou certo, do emprego ulterior de minha vida [...] e na hora em que a vi acabar, pensei poder pedir também minha alforria [...] e, no entanto hoje, que ela está extinta, experimento uma singular nostalgia: [...] a saudade do escravo. (NABUCO, 1900, p. 128-129. Grifo nosso)

Ou a escravidão de “julgo suave”, da “dedicação do animal que nunca se altera”, aqueles que “havia amado [seus senhores] e livremente servido”, e que “morreram acreditando-se seus devedores”, “Oh! os santos pretos!”, os mesmos “que a desigualdade de sua condição [...] e que por sua doçura no sofrimento emprestava até mesmo à opressão de que era vítima um reflexo de bondade...”³⁴ (NABUCO, 1900, p. 128-133).

Como vemos, o tom da fala de Nabuco é de benevolência para com a escravidão, como afirma Lilia Schwarcz (2012), é um tanto difícil, “imaginar que um sistema que supõe a posse de um homem por outro possa ser benéfico” (p.51), talvez por que os açoites não eram a ele destinados. Se o autor de *Minha Formação* (1900) diz ter sentido saudade do escravo e da escravidão generosa, provavelmente, pode-se ver que não condenava a escravidão como uma violação do direito à liberdade humana, e a imposição do poder de um humano sobre outro. Obviamente, consideramos que Nabuco era um sujeito do tempo dele, e como tal atravessado pela cultura racista em que a inferiorização de determinados humanos, foi muitas vezes vista como algo naturalizado. Entretanto, enfatizamos que, a escravidão que ele considerava “crime” e depois, “generosa”, era a que açoitava os escravizados até a morte, e que advinham do mesmo princípio de dominação de uma raça sobre outra. Sendo assim, permanecemos na perspectiva de salientar as contradições e ambiguidades presentes na narrativa de um sujeito para desmitificar aquele que posteriormente foi considerado sublime excepcional, para além do humano.

Expomos os fatos históricos e elementos da vida de Joaquim Nabuco, de seu tempo e seu contexto social, como forma de “alguma maneira constatar o óbvio em condições nas quais o óbvio está desaparecendo” (BUTLER, 2018, p.16) os contornos com que Nabuco narrou sua própria vida, e que serviu de orientação para várias releituras biográficas ao longo da história do Brasil, não o fazem excepcional e “à frente do seu tempo” ou predestinado à político abolicionista. Do contrário, fica exposto que Nabuco não só forjou sua própria história, como não hesitou em deixar de fora os outros sujeitos que atuaram no mesmo período.

³⁴ Todos os trechos citados estão presentes no capítulo *Massangana* da autobiografia em que Nabuco explica como tornou-se abolicionista.

Havia, naquele momento histórico, um papel exigido aos homens do seu perfil social, um papel não só masculino, mas também de político. Nesse sentido, o modo como ele narra a si mesmo, e como Carolina narra a figura do pai, podem estar de acordo também com tais exigências, características de um político almejadas no século XIX: força, virilidade, boa oratória, postura, preocupação com a vestimenta para passar seriedade, igualmente como Nabuco constitui sua figura na escrita de si. Ao fim na narrativa, fica nítido a conclusão de uma vida construída em torno da escravidão no Brasil, tanto que ele mesmo considera-se “desempregado” após abolição, e se ausenta do Brasil para viver no exterior, “em regiões de ar mais dilatado, onde se aspirasse a unanimidade moral, a fé, o otimismo humano, o oxigênio das grandes correntes de ideal.” (NABUCO, 1900, p. 172).

As propostas de Nabuco deixavam sempre a mostra “que [para ele] a denúncia da escravidão não se confundia com a denúncia da grande propriedade”, (AZEVEDO, 1988, p. 53) e que ambicionava de fato o progresso e a civilização do país. Desse modo, e considerando que foi um fiel defensor da monarquia, abolida a escravidão em 1888 e estabelecida a República no Brasil no mesmo período, o político se viu sem causa para continuar sua carreira. Com suas palavras, – “em 1879 eu me alistara para uma campanha que supunha havia durar além da minha vida” – Nabuco refere-se a campanha abolicionista, e conclui, “Posso portanto terminar aqui a história de minha formação política, e mesmo de toda a minha formação”. E com essas palavras termina também a narração autobiográfica, reiterando o esforço que empenhou na causa da abolição e se retirando para viver “das novas influências, que me vão dominar no resto da vida”, as artes e a literatura³⁵.

Nabuco não realizou proposta de emancipação para pós abolição, afirma Célia Azevedo (1987) e não houveram projetos de inserção social do negro na sociedade. Os projetos emancipacionistas estavam voltados à manutenção da ordem e imigração para substituição da mão de obra escrava. Ainda segundo a autora, havia uma preocupação mais voltada em “domesticar” aqueles que agora se tornariam “o inimigo interno” (p.37). A grande questão era: o que fazer agora com o negro em liberdade? Mesmo os abolicionistas entraram em cena propondo projetos de controle social, “deixando de lado seus eventos propagandísticos de salão e ações estritamente legais, para ocupar o espaço momentaneamente relegado pelos políticos”, (p. 215-2016) mas, com ideias de integração do negro livre no mercado de trabalho. O negro torna-se o retrocesso e a desordem, e o imigrante, ordem e progresso, assim, seria necessário garantir o ajustamento do negro na sociedade “coagindo-o suavemente ao trabalho”.

³⁵ As citações de Nabuco descritas nesse parágrafo foram todas retiradas do último capítulo da autobiografia *Minha Formação*, 1900, denominado, *Os últimos dez anos (1889-1899)*.

Como antes exposto, a abolição da escravidão significava o fim ou o comprometimento de um estilo de vida, de privilégios e de dominação humana e social. Sob a violência do trabalho escravo se estabeleceram riquezas, influências e poder para a vida da classe política elitizada e, para os parlamentares, o fim dos braços escravos constituía a ruína da maior e mais sólida estrutura brasileira. Na época de surgimento de movimentações antiescravistas, o tema da abolição ocupava a agenda do Senado como assunto central, e aqueles que, na ânsia pela mobilidade social, ou permanência de um status, viram na causa pela abolição, uma oportunidade de ascensão na carreira política.

Joaquim Nabuco “sabia, tendo acompanhado o pai, que se especializar num assunto era o que garantia destaque e liderança,” e que as escolhas políticas deveriam ser feitas não pelo valor em si, mas pelo que mais chamasse atenção da opinião pública. “Nabuco agarrou a outra questão oportuna, a abolição da escravidão”, (ALONSO, 2007, p. 102-103) viu nesse tema uma bandeira e uma chance de “fincar o pé” na carreira política. E como vimos na arquitetura narrativa, se utilizou dessas questões específicas de sua trajetória, para construir a história da sua vida toda atrelada ao tema da abolição.

Dessa forma, foi possível demonstrar, através da análise da escrita de si, e da escrita biográfica, como sua imagem foi marcada historicamente, e como ele foi o principal responsável pela construção de uma imagem de político abolicionista desde o nascimento. Contudo, e por meio do contexto histórico e da reconstrução de historiografias posteriores da história da escravidão no Brasil, e do movimento abolicionista, partilhamos da reflexão de que Nabuco foi um sujeito do seu tempo, um ser humano como qualquer outro atravessado por exterioridades, por relações, por ligações, por sociabilidades.

Parafraseando Marc Bloch (2001) numa sociedade, tudo se liga e se controla mutuamente: a estrutura política e social, a economia, as crenças, tanto as manifestações mais elementares como as mais sutis da mentalidade. Se Nabuco tornou-se um abolicionista foi porque houveram condições favoráveis para tal, e o esforço das narrativas posteriores em explicar o sujeito por ele mesmo, pela genealogia, informa a pretensão em posicioná-lo. No entanto, por mais que algumas das atitudes humanas sejam em partes essenciais, ainda assim existem as influências exteriores que não necessariamente são programadas para nos afetar, apenas nos afetam, nos modificam e modificam nossas escolhas e vivências.

Assim, muito característico das biografias tradicionais – como nos mostra Gomes (2009), Schmidt (2009), e Avelar (2012) – é por meio da análise da escrita biográfica como escrita da história, que se dá a supervalorização e exaltação de figuras masculinas, sobretudo estadistas e políticos, em sua maioria brancos, em escritas que visam a construção de “sujeitos

monumentos”. E o conhecido até hoje como, Joaquim Nabuco, segundo sua filha, o “apóstolo da abolição”, parece também ter sido fruto, – como tantos outros homens posicionados socialmente à luz do exemplo ilustre – de interpretações históricas tradicionalistas que intencionam acentuar uma determinada memória e não outra. Certamente não é, de modo algum, escopo do nosso ofício supor de maneira deliberada e autoritária as ações de Nabuco como certas ou erradas. De outro modo, tornar notório que são atuações como aquelas que o colocam no plano humano, ações intencionadas, interessadas e contraditórias que, são ações humanas, o deixa bem longe da figura do ser sublime, “messias”, “redentor”, sobre-humano com o qual ficou conhecido na história da escravidão no Brasil.

Importante lembrar, que a autobiografia de Nabuco acentua apenas o lado público de sua vida, o autor não cita em nenhum momento suas relações afetivas, muito menos fala sobre seus filhos. De igual natureza, a biografia que Carolina Nabuco escreveu sobre o pai, segue a mesma premissa. Apesar da autora apresentar trechos da correspondência privada, e narrar mais informações sobre, por exemplo, a mãe, a madrinha e os amigos de Nabuco, Carolina não cita nada sobre sua mãe, a esposa de Nabuco, Evelina Nabuco, nem sobre seus irmãos (Maurício e Joaquim), e assim como o pai, não fala sobre os afetos dele antes do casamento. Tal observação nos é interessante para compreender que, na vida pública aparecem as formalidades do sujeito, a política, as convenções sociais, a etiqueta e a cordialidade. Mas é no plano privado que vão aparecer as redes densas e complexas das relações, do ser que se posiciona diante do público como benfeitor, e amiúde o plano privado não é relatado nas escritas biográficas que seguem o modelo tradicional de erguer “personagens monumento” para deixar-nos um legado.

Escrever sobre Joaquim Nabuco e, sobretudo contextualizar o período no qual ele se estabeleceu como participante da política do Brasil imperial é, não apenas estudar os fatos e descrevê-los de maneira cronológica a partir de um compilado de informações e ocorrências. É também mirar, com uma certa criticidade, os fenômenos da sociedade brasileira contemporânea, composta por uma estrutura política e social baseada, muitas vezes, na inculcação de normas, na dominação coercitiva, e discriminação das chamadas minorias sociais. O que nos encaminha para o questionamento de como isso se estabeleceu, sob quais conceitos, ideologias e intenções a história do Brasil foi moldada e difundida, sobretudo através de instituições governamentais e educacionais, para vermos que, algumas ações realizadas em um período histórico, marcado por violência, e pela ascensão de uns em detrimento da liberdade de outros, foram necessárias à construção da cidadania e da identidade nacional.

A quais ações nos referimos? Às ações empregadas para a manutenção do sistema escravista a todo e qualquer custo. A ideia de necessidade era o discurso central no Parlamento,

aos arquitetos da nação brasileira cabia, defender a continuidade do regime por meio da justificativa de “mal necessário” (WEINSTEIN, 2008). Admitia-se o “mal” da escravidão, mas era sobre ele que queriam continuar estabelecendo suas riquezas e privilégios, sobre os braços de um povo que teve sua cultura subjugada. Logo se vê que, sem dúvida, herdamos muitos elementos discursivos e culturais do período em questão, e que estudar a história social das elites, mapear o perfil para ver como esses sujeitos se mantiveram, e como foram mantidas suas imagens na historiografia, torna-se indispensável para reflexão e reconstrução histórica e a prática de uma filosofia descolonizada. Manter a figura de Joaquim Nabuco e uma posição elevada e como responsável pela libertação dos escravizados, através de uma narrativa histórico biográfica, é não somente negligenciar os demais sujeitos e sua historicidade, como também contar uma única história e erguer a memória de um país sobre ela.

A manutenção de um único repertório discursivo ao longo da história, e de ações políticas de escamoteação da distinção racial e da estigmatização de corpos negros, revelam hoje, uma cultura em que é preferível ignorar os problemas raciais do país, e manter um racismo velado que facilita a manutenção do mito da democracia racial, e dificulta a formação da identidade negra. Sendo assim, além de contextualizar o sujeito Joaquim Nabuco junto a outros que participaram do movimento pela abolição na mesma esfera social (Rebouças, Patrocínio os próprios escravizados), busca desmitificar a figura de homem excepcional e “à frente do seu tempo”. E sobretudo, enfatizar que a versão de Nabuco de atribuir o feito da abolição a si e à Coroa demonstra a preocupação em constituir uma imagem específica de si. Sobre isso ressalta Alonso:

a reação a essa versão virou avalanche no centenário da Lei Áurea, em 1988. Estudiosos e ativistas do movimento negro contestaram a relevância da casa imperial e ressaltaram a resistência dos escravos. Trocou-se mesmo de ícone e de data comemorativa da liberdade africana no Brasil — de 13 de maio para 20 de novembro, da liderança da dinastia ao protagonismo dos cativos, de Isabel a Zumbi. (ALONSO, 2015, p. 16)

Desse modo, propusemos com nossa pesquisa, exercer uma reflexão que nos possibilite não nos distanciarmos do “espaço de experiência”, para usar o conceito de Koselleck, do espaço em que houve escravidão do Brasil e, conseqüentemente, houve resistência, presença de sujeitos, além de Joaquim Nabuco, inclinados à lutar pelo fim do cativo humano. Relembrar esse espaço, pode fazer com que passemos a ver nosso presente de outro modo, considerando que aquilo que perdura como discurso de inferiorização racial é parte também de uma herança colonial escravocrata, e da manutenção de uma única história.

Certamente, muito ficou de fora de nossa pesquisa, inclusive abordagens mais específicas sobre a participação dos escravizados no processo de abolição. Contudo, a tônica que ambienta nossa análise é evidenciar os sujeitos abolicionistas políticos próximos à Joaquim Nabuco naquele período, sendo assim, talvez a abordagem dos sujeitos escravizados, que é de fato de extrema importância, fique para uma próxima pesquisa, ou continuidade dessa mesma. Até porque, partimos de uma ideia de reconstrução historiográfica da história do negro na historiografia brasileira, trabalho esse, que não se encerra na questão da abolição, muito menos com o tema de nossa pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **História da vida privada no Brasil Vol 2. Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALONSO, A. **Associativismo avant la lettre: as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista**. Sociologias, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 166-199, 2011.

_____. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. **Tempo Social**, Revista do Departamento de Sociologia da USP, volume 24, nº 2, 2012.

_____. **Escravidão de Circunstância: o repertório moral do escravidão e do abolicionismo brasileiros**. In: Seminário Sociologia, Política e História, mai. 2011.

_____. **Flores, Votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. Joaquim Nabuco: o crítico penitente. In: Botelho, Andre e Schwartz, Lilia. (org). **Um enigma chamado: um país e 29 interpretes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Joaquim Nabuco: os salões e as ruas**. São Paulo: Companhia das letras. 2007.

_____. O abolicionismo como movimento social. Novos estudos - **CEBRAP**. n.100, pp.115-127, 2014.

_____. **O abolicionista cosmopolita**. Joaquim Nabuco e a rede abolicionista transnacional. Novos Estudos Cebrap, nº 88, 2010.

_____. **Problemas e escolhas na reconstrução da biografia de Joaquim Nabuco**. Apresentado no Seminário Interno do Departamento de Sociologia - USP, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/index.php?r=acervos/busca>. Acesso em: 26 agosto de 2019.

ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.

_____. **“Pai contra mãe” 50 Contos de Machado de Assis**; seleção, introdução e notas John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

AVELAR, Alexandre. **A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões**. Dimensões, v. 24, p. 157-172, 2010.

_____. Escrita biográfica, escrita da História: Das possibilidades de sentido. In: **Grafia da vida: Reflexões e experiências com a escrita biográfica**. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito Bisso. Dois historiadores falam sobre biografia e escrita biográfica (Entrevista). Entrevista concedida a Bruno Leal Pastor de Carvalho. In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em:

<https://www.cafehistoria.com.br/biografia-e-escrita-biografica/> Publicado em: 21 nov. 2017.
Acesso: 29 de jun de 2019.

_____. **Grafia da vida**: Reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Abolicionismo**: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX). São Paulo: Annablume, 2003.

_____. A recusa da “Raça”: Anti-racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. In: **Horizontes Antropológicos**, ano 11, n. 24, p. 297-320, 2005.

_____. Batismo da liberdade: os abolicionistas e o destino do negro. In: **História questões e debates**. Revista da associação paranaense da História, ano 9, n° 16, pp. 38-65, 1988.

_____. **Onda negra medo branco**; O negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Quem precisa de São Nabuco? In: **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, ano 23, n°1, pp. 85-97, 2001.

BARROS, José D’ Assunção. **O projeto de pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BETHELL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. **Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos** (Correspondência, 1880-1905). In: Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos (Correspondência, 1880-1905) Capítulo de introdução. Rio de Janeiro: Topbooka; ABL, 2008.

_____. Nabuco e O Brasil entre Europa, Estados Unidos e América Latina. In: **Novos Estudos** n° 88 Vol. II p. 73-87, 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV: Editora, 2006.

BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do renascimento na Itália**: um ensaio. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 1-17.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CAIXETA, Marcus Vinícius Gomes. **De Londres a Washington, da cidadania à soberania nacional**: o anti-republicanismo, o pan-americanismo e o “projeto” de Joaquim Nabuco. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Cidadania no Brasil, o longo caminho.** Civilização brasileira. 2006.

_____. **Teatro de sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Vértice/ IUPERJ, 1988^a

CARVALHO, Maria Alice Rezende. Três pretos tristes: André Rebouças, Cruz e Sousa e Lima Barreto. In: **Topoi**, vol. 18 n°34, 2017 pp.6-22, Rio de Janeiro.

_____. Maria Alice Rezende de CARVALHO. **O quinto século, André Rebouças e a construção do Brasil.** Rio de Janeiro, Revan/Iuperj, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos.** 9^oed. São Paulo: Unesp, 2010.

_____. **A abolição.** 8^o ed. São Paulo: Unesp, 2008.

COSTA, Wilma Peres. A atualidade de André Rebouças. In: **RBCS**, Vol. 2 N°40, 1999, pp. 173-175.

CUNHA, Manuela Carneiro da. "Cultura" e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: Idem. **Cultura com Aspas.** São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 311-387.

_____. Política Indigenista do Século XIX. In: **Índios da América do Sul.** Brasil - História I. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992 p. 133-154.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua.** Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Editora Rocco. 2000.

_____. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1989.

DANTAS, Carolina Vianna. **Luiz Gama e José do Patrocínio:** autobiografia, memória e ensino de história. In: XXVII Simpósio Nacional de História, ANPUH, 2013. Disponível em: http://eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/27/1364948366_ARQUIVO_carolinaanpuh2013.pdf. Acesso em: 21 ago. 2019.

DELUMEAU, Jean. **Mil anos de felicidade.** São Paulo: Companhia das Letras, pp. 176-190, 1997.

DEL PRIORE, M. "Biografia: Quando o indivíduo encontra a História". **Topoi**, v. 10, n. 19, jun/dez. 2009, p. 7-16.

DRESCHER, Seymour. **A abolição brasileira em perspectiva comparativa**. Tradução: Jaime Rodrigues. Publicado originalmente na *Hispanic American Historical Review*, 68(3): 429-460, 1988, com o título “Brazilian Abolition in Comparative Perspective”. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/77> Acesso em: 26 agosto de 2019.

_____. A sociedade civil e os caminhos para a abolição. In: **História** (São Paulo) v. 34, n. 2, p. 29-57, jul-dez. 2015.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FREYRE, Gilberto, **Em torno de Joaquim Nabuco**. São Paulo: A Girafa, 2010.

FOUCAULT, Michel, **o que é um autor?** Lisboa: Veja, Passagens, 2009.

_____. Tecnologias de si. In: **Verve**, 6 p. 321-360, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 50ª edição. Global Editora. 2005.

_____. **Em torno de Joaquim Nabuco**. FONSECA, Edson Nery (org.), BARBOSA, Jamile Cabral Pereira (col.) São Paulo, A Girafa, 2010.

GOMES, Ângela de Castro (org.). Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Ed. Fund. Getúlio Vargas, 2004, p.7-24.

GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso. (org.) **Memórias e narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In: CORADINI, Odaci Luiz (org.). **Estudo de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**: algumas contribuições recentes. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008, p. 85-102.

GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial**, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo**. História de uma mundialização. Editora UFMG e EDUSP, 2014.

HARTOG, François. **Crer em História**. Trad. Camila Dias. 1ªed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

HESPANHA, António Manuel. Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do Império Colonial português. In: FRAGOSO e GOUVÊA (org.) **Na trama das redes**. Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo Companhia das Letras, 1995.

JÚNIOR, Durval M. de A. O significado das pequenas coisas: História. Prosopografia e biografemas. In: **Grafia da vida**: Reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

_____. A gente é cria de frases: sobre história e biografia. In: **Revista Maracanan**. Vol.8, nº8 . 2012.

JÚNIOR, Hélio de Lena. **Gregório Bezerra**: O ser campeão e o torna-se comunista. In: Avelar, Alexandre; Benito Bisso Schmidt (org.). **Grafia da Vida**: Reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**; contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC, 2006.

KUGELMAS, Eduardo. Revisitando a geração de 1870. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** Vol.18 nº52, 2003.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV: Editora, 2006.

LEVILLAIN, Phillipe. Os protagonistas da biografia. In: RÉMOND, Rene. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/, 1996.

LIRA, Jorge Buarque. **Joaquim Nabuco o homem e a ação**, interpretação e crítica em torno de si a individualidade poliédrica de mistagogo do ideal. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1991.

LISPECTOR, Clarice. **Clarice para não esquecer**: crônicas. São Paulo: Ática, 1979.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Imperial**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In: GOMES, Angela de Castro, SCHMIDT, Benito Bisso. (org.). **Memórias e Narrativas (auto)biográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MAESTRI, Mário, ORTIZ, Helen (org.). **Grilhão negro**: ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

MALATIAN, Teresa Maria. A biografia e a História. In: **Cadernos Ceden**. Vol. 1 nº1 p.16-31, 2008.

_____. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru: Edusc; São Paulo: Fapesp, 2001.

MATTOS, Hebe Maria; GRINBERG, Keila. Lapidário de si: Antonio Pereira Rebouças e a escrita de si. In: GOMES, Angela de Castro (org.) **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MALERBA, Jurandir. **A Corte no Exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MEDEIROS, Claudio. **ANDRÉ REBOUÇAS**: a vida descolonizada, a obra abolicionista e a morte encantada. Disponível em: https://www.academia.edu/37995085/Andr%C3%A9_Rebou%C3%A7as_a_vida_descoloniza_da_a_obra_abolicionista_e_a_morte_encantada. Acesso em: 16 set. 2019.

MEGID, Daniele Maria. De homem a personagem: As construções sobre Machado de Assis nas biografias. In: **Grafia da vida**: Reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

MENEZES, Paulo R. J. Retrato, Biografia e Conhecimento Histórico no Brasil oitocentista. In: **Revista Maracanan**. Rio de Janeiro, n. 17, p. 50-64, jul./dez. 2017.

MONTEIRO, John. **Negros da terra**: índios e bandeirantes na origem de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NABUCO, Carolina. **A vida de Joaquim Nabuco**. São Paulo: Americ Edit, 1929

NABUCO, Joaquim. **A escravidão**. Recife: Editora Massangana, 1988.

_____. **Minha Formação**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

_____. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.

NEEDELL, Jeffrey. O chamado às armas: o abolicionismo radical de Nabuco em 1885-1886. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, n° 65, p. 291-312. 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **O encontro de Joaquim Nabuco com a política**: as desventuras do liberalismo. 2 ed. São Paulo, Paz e Terra, 2010

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. In: Projeto História, São Paulo, 1993.

PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. **D. João VI. Um príncipe entre dois continentes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RÉ, Henrique Antonio. **Progresso e utopia no pensamento antiescravista de Joaquim Nabuco**: influências da economia política francesa e das teorias racialistas. Tese (Doutorado em sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

REIS, João José. **Negociações e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

REVEL, Jacques. "**Micro-história, macro-história**: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado". **Revista Brasileira de Educação**, Vol. 15, No. 45 (set./dez. 2010). p. 434-444.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a gestalt das autobiografias e suas conseqüências metodológicas. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV: Editora, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para além do pensamento abissal**: das linhas gerais a uma ecologia de saberes. In: *Novos Estudos* 79, 2007.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão. **Estud. hist.** Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, p. 161-186, 2017.

SCHMIDT, Benito Bisso. Os múltiplos desafios da biografia ao/à historiador/a. In: **Diálogos**, v.21, nº 2 (2017) 44-49.

_____. Por que escrevemos biografias? In: **Café História – história feita com cliques**. Publicado em 11 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/por-que-escrevemos-biografias/>. Acesso em: 29 de jun de 2019.

_____. “Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: Ética e narrativa biográfica”. In: **História (São Paulo)** v. 33, n. 1, p. 124-144, jan/jun. 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Trad. Rose Barboza. **Ecadernos**, 18, Universidade De Coimbra, 2012. pp. 106-131. disponível em <https://journals.openedition.org/eces/1533>.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. **De "papa-pecúlios" a Tigre da Abolição**: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SILVA, Wilton C. L. Espelhos de palavras: Escritas de si, autoetnografia e ego-história. In: **Grafia da vida**: Reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

SOARES, Maria Pequeno. “O Negro André”: a questão racial na vida e no pensamento do abolicionista André Rebouças. In: **Plural**: Revista de Ciências Sociais Universidade de São Paulo. Vol. 24, Nº1, 2017.

SOUZA, Marcos Teixeira. José do Patrocínio: um abolicionista na ficção e na vida. In: **Revista de Letras**. Vol. 15, nº17, 2013.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**, ou as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

SOVIK, LIV. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

TAUNAY, Visconde. **Inocência**. São Paulo: FDT, 1994.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. O movimento Indígena Regional. In: **Conflitos Agrários no Norte gaúcho 1960-1980**. O Master, indígenas e camponeses. Porto Alegre, EST Edições, 2007 p. 111-128.

VIANA F. Luis. **A vida de Joaquim Nabuco**. São Paulo: Martins/MeC, 1973.

VIEIRA, Celso. **Joaquim Nabuco. Libertador da Raça Negra**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial. 1949.

VILAS BOAS, Sergio. **Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2007.

WEINSTEIN, Barbara. Escravidão, cidadania e identidade nacional no Brasil e no Sul dos EUA. In: **Nacionalismo no Novo Mundo**. Org. Marco A. Pamplona e Don H. Doyle. Rio de Janeiro: Record, 2008.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre. In: **Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 6 Ano VI n°3, 2009.